



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, HUMANIDADES E SAÚDE  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

Luana Miranda Macedo

A educação na prisão no Brasil: um panorama geral do Estado da Arte

Tocantinópolis/TO  
2024

Luana Miranda Macedo

A educação na prisão no Brasil: um panorama geral do Estado da Arte

Monografia apresentada à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Educação Humanidades e Saúde (CEHS), para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Tocantinópolis/TO  
2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

M672e    Miranda Macedo, Luana.  
          A educação na prisão no Brasil: um panorama geral do Estado da  
          Arte. / Luana Miranda Macedo. – Tocantinópolis, TO, 2024.  
          64 f.  
  
          Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –  
          Câmpus Universitário de Tocantinópolis - Curso de Pedagogia, 2024.  
          Orientadora : Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Aline Campos  
  
          1. Estado da arte. 2. Educação. 3. Prisão. 4. Produção científica.  
I. Título

**CDD 370**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

Luana Miranda Macedo

A educação na prisão no Brasil: um panorama geral do Estado da Arte

Monografia apresentada à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Educação Humanidades e Saúde (CEHS). Foi avaliada para obtenção do título de para obtenção do título de licenciada em Pedagogia e aprovada em sua forma final pela orientadora e banca examinadora.

Data da aprovação: 09/07/2024

Banca examinadora:

---

Profª Drª Aline Campos - Orientadora (UFNT)

---

Profª Dr Andrey Patrick Monteiro de Paula - Membro interno (UFNT)

---

Profª Drª Fabiana Rodrigues - Membro Externo (UFRRJ)

*Dedico ao meu eterno pai,  
NATANAEL PEREIRA DE  
MACEDO, que me ensinou o  
valor da vida e sempre estará  
vivo em meus pensamentos e  
em meu coração... Te amarei  
para sempre, meu Pai!*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por me permitir chegar até aqui, me proporcionando vida, saúde, forças e discernimento nesta linda, doce e árdua caminhada acadêmica.

A mim mesma, por me permitir vivenciar uma das escolhas mais acertadas que já fiz até então: o curso superior.

Aos meus queridos pais, Natanael Pereira de Macedo (*in memoriam*) e Massônia Miranda de Macedo, que me ensinaram tanto; e pelos quais sinto um amor incondicional. Obrigada por me proporcionarem o prazer e orgulho de ser filha de vocês: pessoas trabalhadoras, honestas e alegres. Aprendi tudo que sei com vocês: dignidade, respeito, amor, empatia, amizades, perdão e foco são algumas das características que vocês me ensinaram e me ensinam diariamente. Amor eterno sempre e, sobretudo, ao meu querido e saudoso pai. Enquanto vida eu estiver, sempre o amarei, e por mais que fisicamente ele não esteja mais aqui na terra, sempre permanecerá vivo e presente em meus pensamentos e no meu coração. Seja onde ele estiver (pois é um mistério), estará feliz por esta linda etapa da minha vida.

À minha irmã Alana Miranda de Macedo, aos meus sobrinhos Marcelo Henrique e João Gabriel, meus amores, que fazem parte da minha vida. Sem a família e o apoio é bem mais difícil de prosseguir.

Ao meu companheiro, Marcos Rogério, por sempre querer ver e torcer pelo meu crescimento. Por vezes, quando desanimei durante a caminhada, ele sempre me proporcionou palavras de apoio e sustentação para que eu progredisse.

Ao meu filho que carrego no ventre, *Natanael Neto*, que Deus me deu nesta etapa da minha vida, uma surpresa e uma felicidade tamanha, para a qual as palavras são insuficientes para descrever todo o amor que sinto.

À Universidade Federal do Norte do Tocantins, sinto muita gratidão por todos os passos que já foram dados até aqui, que me levaram ao meu rico e especial curso de Pedagogia.

A TODOS os professores que passaram pela minha vida neste processo da graduação, entre eles os professores substitutos também (não irei mencioná-los, para não correr o perigo de esquecer algum - nossa memória, por vezes, nos trai).

A todos os funcionários da Universidade que por meio de seus trabalhos fazem com que ela permaneça e cresça. Eles também participaram indiretamente da minha formação acadêmica.

Aos Programas e Projetos dos quais participei, que me proporcionaram momentos e de tantas aprendizagens e aprendizados e me fazem sentir orgulho da Universidade Pública.

Ao grupo do Programa Residência Pedagógica (PRP), e em especial para dois amigos que fizeram parte do mesmo subgrupo que eu (Joel e Lionete). Foram momentos significativos que levarei na minha vida acadêmica e pessoal. Uma ênfase aos coordenadores do programa: à professora Arinalda Silva Locatelli e Andrey Patrick Monteiro de Paula, gratidão sempre pelas trocas e ensinamentos maravilhosos e tão essenciais.

À Capes pela importância das bolsas de estudos.

Aos programas de financiamento estudantil que se fazem tão necessário e cruciais para a permanência dos discentes em seus respectivos cursos na Universidade.

Ao PIBIC; ao Grupo de Estudo em Educação Popular: Problematização do mundo como luta pela liberdade (GEPEPro-livre) e Projeto de Extensão “Entre-nós: entre cartas, palavras e conversas”. Quanta riqueza a universidade, sobretudo, a pública, nos proporciona. Tais projetos são fundamentais para uma formação sólida e um enriquecimento inestimável. Sinto-me muito grata e feliz por me permitir experienciar e viver tantos momentos e reflexões potentes acerca de vários assuntos.

Às minhas amigas que fiz durante este percurso acadêmico, as quais quero levar para a minha vida, em especial: Eugênia; Ediane e Maria Anita. Vivemos momentos significativos e memoráveis, compartilhamos infinitas conversas, discussões, trabalhos, dúvidas, alegrias, medos, sonhos e choros...

Às meninas do PIBIC: Ellem Hanna; Camila; Ingredy; Yasmin e Vitória. Sem a participação de vocês, sem dúvida, a pesquisa se daria de forma bem mais difícil e demorada.

Em especial a minha orientadora, Aline Campos, que me ajudou a clarear quando ainda estava tudo escuro para mim. Utilizando toda a sua perspicácia e seu

crivo, conduziu-me na feitura deste belo trabalho. Este não aconteceria sem a experiência, profissionalismo, repertório, reflexões e toda a bagagem que ela, com excelência e grande sabedoria, compartilha, possibilitando-me a perceber, desmistificar e refletir sobre assuntos que tanto me interessam e se fazem caro para a sociedade! Gratidão é a palavra que sinto.

E, por fim, mas não menos importante, a todas as pessoas que se encontram, ou já tiveram esta experiência horrenda com a prisão. Elas estão privadas de liberdade e de alguns direitos, mas sobrevivem e resistem no submundo do cárcere. E a todas as pessoas que se permitem estudar este universo tão delicado e complexo que é a prisão.

MUITO OBRIGADA!

“Costuma-se dizer que ninguém conhece verdadeiramente uma nação até que tenha estado dentro de suas prisões. Uma nação não deve ser julgada pelo modo como trata seus cidadãos mais elevados, mas sim pelo modo como trata seus cidadãos mais baixos.”

*(Nelson Mandela)*

## RESUMO

Apesar da prisão em si ser uma temática que envolve muitas áreas de conhecimento e possuir uma vasta produção de trabalhos acadêmicos a seu respeito, quando associada à educação essa produção se torna bem mais recente e menor. Nesse contexto, o problema que orientou essa pesquisa foi: qual a situação do conhecimento acadêmico e científico produzido até então em relação à Educação na prisão no Brasil e, de maneira geral, o que ele comunica? Trata-se de uma pesquisa bibliográfica do tipo Estado da Arte. Foram utilizadas as plataformas BDTD e CAPES para o levantamento das teses e dissertações sobre a temática. Após o processo de filtragem, o *corpus* da pesquisa constitui-se de 552 trabalhos acadêmicos. Apesar do quantitativo de trabalhos acadêmicos poder ser considerado pequeno se comparado a outras áreas e subáreas do conhecimento mais consolidadas, têm expressão para trazer alguns primeiros indicativos do que tem sido produzido em âmbito acadêmico. Foram feitas análises comparativas entre as plataformas de busca; o envolvimento de diferentes Instituições de Ensino Superior; bem como seus Programas de Pós-graduação, na produção de conhecimento nesta temática; o tipo de trabalho acadêmico produzido (se tese ou dissertação); o ano da defesa e publicação e a distribuição desses trabalhos pelas regiões e estados brasileiros. Foi possível evidenciar que é crescente a produção de conhecimento acadêmico relacionado à educação em prisões, apesar dela estar mal distribuída geograficamente pelo território brasileiro, espelhando a desigualdade do sistema de ensino e formação acadêmica que existe no Brasil. Ainda há diversas lacunas e muito por se avançar, inclusive para que tais conhecimentos possam orientar a elaboração e avaliação das políticas públicas. No entanto, o aumento na produção indica uma abertura e interesse, ainda que incipiente, para a temática e, conseqüentemente, para a sua recepção social. Há que se destacar também o quanto os trabalhos sobre a educação nas prisões, ainda que concentrados majoritariamente em programas de pós-graduação em Educação, extravasam para outras áreas de conhecimento, exigindo um olhar interdisciplinar para a temática.

**Palavras-chave:** Estado da arte. Educação. Produção científica. Prisão.

## ABSTRACT

Although prison itself is a topic that involves many areas of knowledge and has a vast production of academic work on it, when associated with education this production becomes much more recent and smaller. In this context, the problem that guided this research was: what is the status of academic and scientific knowledge produced so far in relation to Education in prison in Brazil and, in general, what does it communicate? This is a State of the Art bibliographical research. The BDTD and CAPES platforms were used to collect theses and dissertations on the topic. After the filtering process, the research corpus consists of 552 academic works. Although the number of academic works may be considered small compared to other more consolidated areas and sub-areas of knowledge, they are important enough to provide some first indications of what has been produced in the academic field. Comparative analyzes were carried out between search platforms; the involvement of different Higher Education Institutions; as well as its Postgraduate Programs, in the production of knowledge on this topic; the type of academic work produced (whether thesis or dissertation); the year of defense and publication and the distribution of these works across Brazilian regions and states. It was possible to demonstrate that the production of academic knowledge related to education in prisons is growing, despite it being poorly distributed geographically across the Brazilian territory, mirroring the inequality of the education and academic training system that exists in Brazil. There are still several gaps and much to be done, including so that such knowledge can guide the development and evaluation of public policies. However, the increase in production indicates an openness and interest, albeit incipient, in the theme and, consequently, in its social reception. It is also important to highlight how much work on education in prisons, although mostly concentrated in postgraduate programs in Education, spills over into other areas of knowledge, requiring an interdisciplinary approach to the topic.

**Keywords:** State of the art. Education. Scientific production. Prison.

**GRÁFICO 01:** Total de trabalhos (teses e dissertações) localizados nos bancos de busca.

**GRÁFICO 02:** Panorama do quantitativo de publicações sobre Educação nas prisões nas Universidades.

**GRÁFICO 03:** Distribuição dos trabalhos nas diferentes áreas de conhecimento.

**GRÁFICO 04:** Quantidade de teses e dissertações na composição do corpus da pesquisa.

**GRÁFICO 05:** Quantitativo de trabalhos publicados sobre Educação na prisão ao longo dos anos.

**GRÁFICO 06:** Quantitativo de trabalhos publicados e defendidos por região do Brasil.

**GRÁFICO 07:** Quantitativo de trabalhos publicados e defendidos por estados brasileiros.

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

**QUADRO 01:** Dados bruto da pesquisa (CAPES e BDTD)

**TABELA 01:** Quantitativo dos trabalhos defendidos por universidades, Centros, Faculdades ou Institutos.

**TABELA 02:** Instituições de Ensino Superior que reúnem mais de 10 produções acadêmicas sobre educação na prisão.

## LISTA DE SIGLAS

<b>ANPED</b>	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
<b>BDTD</b>	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>GEPEPro-livre</b>	Grupo de Estudo em Educação Popular: Problematização do mundo como luta pela liberdade
<b>IBICT</b>	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>IES</b>	Instituições de Ensino Superior
<b>ONASP</b>	Observatório Nacional do Sistema Prisional
<b>PIBIC</b>	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
<b>PRP</b>	Programa Residência Pedagógica
<b>PUC-SP</b>	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
<b>TCC</b>	Trabalho de Conclusão de Curso
<b>UFNT</b>	Universidade Federal do Norte do Tocantins
<b>UFSCar</b>	Universidade Federal de São Carlos
<b>UNESP</b>	Universidade Estadual Paulista

## SUMÁRIO

<b>1. LUANA E A PRISÃO</b>	<b>12</b>
<b>2. INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>3. ESTADOS DA ARTE SOBRE EDUCAÇÃO NA PRISÃO</b>	<b>22</b>
<b>4. PERCURSO METODOLÓGICO</b>	<b>28</b>
4.1 Abordagem teórico-metodológica	28
4.2 Procedimentos metodológicos	29
<b>5. OS ACHADOS DA PESQUISA</b>	<b>31</b>
5.1 A definição do corpus da pesquisa	32
5.2 As plataformas de busca: CAPES e BDTD	34
5.3 O envolvimento das Universidades na temática	37
5.4 Programas que têm produzido conhecimento sobre educação na prisão	44
5.5 Tipos de trabalho produzido	46
5.6 Ano da defesa/publicação	50
5.7 Região e Estado	52
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>58</b>

# 1. LUANA E A PRISÃO

O meu desejo de estudar e conhecer melhor sobre o sistema prisional que, como já nos aponta Julião (2020, p. 20), “é um tema invisibilizado e negligenciado tanto pela sociedade quanto pelo poder público e universidade”, surge em um momento bem distante de minha trajetória de vida. Eu ainda era muito nova, acredito que devia ter uns dezesseis anos de idade. Era por volta do ano de 2006, quando li uma reportagem de uma revista, que dizia algo mais ou menos assim: que em uma unidade penal de Minas Gerais o número de reincidência caiu 90 %, devido ao tratamento destinado às pessoas que lá estavam presas. Cada cela comportava quatro detentos no máximo, o que destoava da realidade nacional, haja vista a problemática da superlotação no sistema prisional. Os detentos eram acolhidos e bem tratados nessa unidade penal específica, o banheiro era salubre, a comida bem servida. A reportagem tinha este teor e lembro-me que fiquei extremamente incomodada por essa não ser a realidade das outras unidades espalhadas pelo país. Eu me perguntava: “por que todas as cadeias não agem dessa forma? Se agissem, talvez fosse diferente a triste realidade da prisão...” Lembro que foram esses os meus questionamentos.

Passaram-se alguns anos e outra vez o sistema carcerário entrou na minha vida, desta vez com mais ênfase. No ano de 2012, eu então com vinte e dois anos de idade, me envolvi em um relacionamento amoroso que acabou por me envolver, indiretamente, ao crime. Quando eu descobri de fato do que meu companheiro fazia, ou melhor, quando *eu quis* descobrir, nós já estávamos morando juntos. Ele foi preso duas vezes, na primeira vivenciou por sete meses a privação de liberdade em uma penitenciária de segurança máxima, e numa outra vez ficou mais outros sete meses, totalizando, quatorze meses. E eu como companheira, romântica, idealista e apaixonada que era, sobrevive a este contexto sempre estando com ele. Acredito que foi nesta segunda experiência que tive com a prisão que ficou potente, gerando o meu interesse em estudar essa temática.

Conheci indiretamente o submundo do cárcere. Toda semana eu o visitava, a minha visita acontecia no turno vespertino. Eu passei a tarde inteira de *todas* as

sextas-feiras, por sete meses, em uma prisão. Na segunda vez que meu namorado foi preso, eu optei por não ir visitá-lo mais, pois eu entendia que já tinha sofrido o bastante naqueles longos sete meses anteriores. De toda forma, com a primeira experiência eu pude “conhecer” entre muitas outras, pois só conhece, de fato, quem sobrevive lá dentro diariamente um pouco do interior prisional. Durante esses sete meses que visitei uma penitenciária eu conheci a dinâmica, as regras, os vestuários que podíamos e não podíamos entrar, as comidas, as narrativas, assim como os olhares que deviam ser mais tímidos diante dos outros prisioneiros. Enfim, eu percebia, via, sentia, e ele me contava como era toda aquela situação.

Foi assim que a Luana entrou nesta temática. Vejo esta época da minha vida como importante, apesar de todos os percalços. Eu aprendi muito sobre mim, sobre o outro. Vi de perto a complexidade dessa realidade. Assim como as oportunidades que muitos não puderam ter, outros já tiveram e, mesmo assim, acabaram no lado mais difícil, que é o de dentro da prisão. Pude desmistificar muita coisa sobre a prisão e compreender situações que até então eram julgadas por mim como invisíveis, assim como é ainda para muitas pessoas.

O mais importante de toda essa minha experiência, ao meu ver, foi que ela me deu suporte para o desenvolvimento do meu tão esperado Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que, de certa forma, adveio dessa experiência amorosa, dos desafios que ela me ensinou a enfrentar e do tanto que me ajudou a enxergar além do que eu via e sentia.

## 2. INTRODUÇÃO

A educação é um direito humano, sendo um dever do Estado, pois é uma dimensão fundamental da dignidade humana. Quando uma pessoa não tem acesso à educação, esta não é capaz de exercer plenamente seus direitos, até porque não tem ciência deles. Por essa razão, a educação é primordial, estando acordada e garantida em documentos e legislações.

A declaração do Direito à Educação é detalhada na Constituição Federal (CF) da República Federativa do Brasil, de 1988. No artigo 205, afirma-se: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família”. A lei é clara, o direito à educação é para todos, independente da condição a que estão submetidos. Por isso que, mesmo quando estão em situação de privação de liberdade, as pessoas que cumprem suas penas preservam, em tese, o direito de acesso à educação.

A Lei de Execução Penal, de 1984, no Brasil, expressa esse entendimento em seu art. 3º em que diz que “ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei”, incluindo também uma “instrução escolar e formação profissional”, e assistência material, jurídica, social, religiosa e à saúde (art. 11). No que se refere ao acesso a livros, a referida lei prevê o “estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos” (art. 21).

Há, no senso comum, a ideia de que quando uma pessoa está reclusa do seu direito de ir e vir, ela também perde outros direitos. Claude (2005, p. 37) enfatiza que “a educação é valiosa por ser a mais eficiente ferramenta para crescimento pessoal. E assume o status de direito humano, pois é a parte integrante da dignidade humana”. Lamentavelmente, quando uma pessoa se encontra privada da liberdade, o acesso à saúde, educação, dentre outros direitos, na maioria das vezes, é negligenciado e negado, o que, além de trágico, evidencia o fracasso da prisão enquanto mecanismo para resolução de nossos conflitos sociais.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos estabeleceu em sua Resolução n. 01 de 13 de março de 2008, as diretrizes para tratamento penitenciário de pessoas sujeitas a qualquer forma de detenção e prisão, reconhecendo o direito que tem todas as pessoas privadas de liberdade de serem tratadas com humanidade.

No tocante à educação, o documento diz que “as pessoas privadas de liberdade terão direito à educação, que será acessível a todas elas, sem discriminação alguma, e levará em conta a diversidade cultural e suas necessidades especiais”. Observa-se, assim, que nos documentos o direito de acesso à educação das pessoas presas, está fundamentado e garantido. Na prática, infelizmente, nem sempre acontece.

De Maeyer (2013, p.43) destaca que a prisão é antieducativa, pois “ela fixa um indivíduo em seu papel”, ou seja, a todo momento ela relembra o indivíduo o que ele fez e o porquê dele estar lá, reduzindo-o ao seu ato infracional. Além disso, segundo Julião (2020, p. 35), às pessoas que vivenciam a situação do aprisionamento “são atribuídas marcas, rótulos sociais, estigmas que, marcarão a sua identidade social e o acompanharão ao longo da sua trajetória de vida”.

Em relação às experiências culturais que circulam na prisão, De Maeyer (2013, p.42) ressalta que são:

[...] programas de televisão dos mais estúpidos, aqueles que fazem sonhar, aqueles em que se veem alguns se tornarem ricos e célebres rapidamente, programas de violência, revistas pornográficas, pôsteres de mulheres nuas, etc. toda essa cultura para pessoas que se encontram na prisão justamente porque sonharam, quiseram ser ricos e célebres, foram violentos como na TV, quiseram, a todo custo, possuir uma mulher como aquela do pôster. Não há, nessa contradição, um material de primeira mão para uma educação cívico-cultural?

A prisão é antieducativa, dessa forma, porque em nada contribui para a educação das pessoas que ela aprisiona numa perspectiva emancipatória. Assim sendo, a lógica da prisão é outra que não a da educação. Como afirma Julião (2020, p. 40), “os objetivos da prisão hoje são punição e controle das mazelas sociais”. O que se percebe é que a “educação” em prisões está mais para “marketing”, ou seja, para fazer crer que direitos são garantidos e a humanidade da pessoa presa respeitada, do que para sua efetiva garantia. Nesse sentido, De Maeyer (2013, p. 44) alerta que “preencher os espaços do questionário de avaliação não é educação. Compreender os espaços de sua vida, na companhia de outros em um contexto educativo, é um processo de educação permanente e é por isso que falamos em educação para toda a vida”. Práticas que exigem obediência acrítica e passividade, que impossibilitam o diálogo, reduzindo as pessoas a um tempo-espaco específico de suas vidas, negando-lhes a complexidade de suas trajetórias são, na verdade, antieducativas.

Para sobreviver no contexto prisional, a regra primordial é obedecer. Neste viés, nas palavras de Foucault (2000, p. 211), o modo de ação da prisão “é a coação

de uma educação total”. Ora, como se ensina, educa, dialoga e compartilha em um contexto de coação, repulsa, silêncio e pura obediência?

Neste mesmo sentido, Graciano e Schilling (2008) atentam em dizer que só há educação se houver reflexão, e no que tange o contexto prisional não há esta intencionalidade de provocar a reflexão e o pensamento crítico, pois a todo momento as pessoas encarceradas são silenciadas e/ou cerceadas. Por isso, muitas vezes, tem-se “as atividades de educação escolar na prisão como mais uma técnica de disciplina com o intuito de transformar os prisioneiros em corpos dóceis” (Graciano; Schilling, 2008, p. 113). São atividades alinhadas ao sentido de acalmar os prisioneiros, tornando seus corpos obedientes e manipulados. Não estão atreladas a uma perspectiva de formação para a vida inteira, mas sim para um momento estipulado: o da prisão.

Freire (1987) argumenta que o ser humano é inconcluso. A consciência dessa incompletude e de sermos seres inacabados, é onde encontra-se a raiz da educação, que, por isso, deve ser entendida como permanente, reflexiva, questionadora e transformadora, princípios estes diametralmente opostos às características das prisões.

Essa “educação momentânea”, voltada para a realidade prisional, tem como foco romper com a ociosidade dentro do sistema, no intuito de “manter a calma no interior da instituição” (De Maeyer, 2013, p. 34). Este é o sentido, majoritário, da educação em prisões. Por isso, Julião (2020, p.51) aponta que “os operadores da execução penal esperam que a escola no ambiente prisional simplesmente desenvolva programas educativos que ocupem a mente dos presos”.

Segundo Graciano e Schilling (2008), a educação em prisões não é um elemento que impulsiona nas tomadas de decisões, pois o que se quer verdadeiramente no interior delas é o trabalho, a mão-de-obra, o capitalismo é o que se objetiva. Neste mesmo sentido, Julião (2020, p. 49) argumenta que a educação neste contexto é simplesmente:

camuflada no discurso de garantias de direitos e de preparação do sujeito apenado para atuação no mundo do trabalho quando em liberdade, tem como objetivo central, além de capacitá-lo para atuar como mão de obra no ambiente prisional, de integrar o conjunto de políticas e práticas terapêuticas e assistenciais do tratamento penitenciário cujo objetivo é reduzir os danos psicossociais provocados pelo encarceramento.

Graciano e Schilling (2008) fizeram uma pesquisa em uma penitenciária em São Paulo, a partir da qual puderam concluir que a educação em prisões está longe de dialogar e atender a demanda de seus sujeitos. Elas constataram que as mulheres presas não eram ouvidas e nem respeitadas em suas falas acerca da oferta educativa a elas destinadas. Considerando as dificuldades em atrelar estudo e trabalho, elas “sugeriram que os cursos fossem implementados na primeira hora da manhã, antes do trabalho. Esta opção, no entanto, é desconsiderada pelas autoridades por contrariar os interesses dos empresários que instalaram oficinas no presídio” (Graciano; Schilling, 2008, p. 123). Fica claro que o sentido maior no seio da unidade prisional não é o da educação em si, e sim a do mercado de trabalho. Por isso, Graciano e Schilling (2008, p.125) ressaltam que “A combinação entre as intensas jornadas de trabalho e as regras inflexíveis, como os horários, não reflete apenas a ausência da intenção, por parte do poder público, de incentivar o acesso à escola e a permanência na mesma”, Tal situação faz pensar se, de fato, deseja-se a realização das práticas educacionais no seio da unidade ou o que se prima é pela exploração da mão-de-trabalho.

Na prisão, portanto, o cerne não é uma educação para as pessoas privadas de liberdade, mas sim uma espécie de paliativo para os efeitos que o encarceramento provoca nos indivíduos, sempre objetivando a produção e disponibilização de mão de obra para o capitalismo. Assim sendo, a organização interna de dentro da prisão “opera como obstáculo à concretização das atividades educativas” (Graciano; Schilling; 2008, p. 127).

Mesmo nessas condições precárias, De Maeyer (2013) nos lembra que a oferta educativa na prisão:

[...] nunca é acessível a todos os detentos. Eu visitei as prisões de aproximadamente 80 países no mundo, quase todas eram superlotadas e, muito frequentemente, no final da visita, eu via algumas classes, não raras vezes, pobremente equipadas, que podiam acolher apenas algumas dezenas de estudantes. E as outras centenas? Desmotivados? Ignorantes? Desistentes? Indesejáveis? Muito numerosos? Sem dúvida, por tudo isso e muito mais, ausentes.

Além disso, Julião (2020) sinaliza que as bibliotecas - quando elas existem no interior prisional - são ambientes improvisados e inadequados, que não atendem a realidade dos sujeitos privados de liberdade, assim sendo, os livros “não foram selecionados e adquiridos especialmente levando em conta o perfil dos sujeitos, tampouco fazem parte de um projeto de leitura para a população privada de liberdade”

(JULIÃO, 2020, p.155). Os livros, em geral, são descartados para a prisão quando deixam de ser úteis em outros espaços e contextos, muitas vezes já nem estando em bom estado de conservação.

Observa-se, assim, que a falta de prioridade e centralidade da educação no contexto prisional se revela nas condições para sua oferta.

Os espaços educativos, como os demais ambientes da prisão, são extremamente insalubres e impróprios para a convivência humana. Não apresentam infraestrutura mínima adequada, com ventilação, iluminação, segurança, água potável e espaços para alimentação e higiene pessoal tanto para os educadores como para os alunos (JULIÃO, 2020, p. 153).

Nesse contexto de precariedade na garantia da oferta da educação, Graciano e Schilling (2008, p. 115) afirmam que:

[...] a omissão do Governo Federal em relação à educação nas prisões contribui de maneira decisiva para as arbitrariedades praticadas nos Estados. Não havendo orientações nacionais, também não há possibilidade de controle, acompanhamento ou avaliação das atividades empreendidas.

De 2008 - quando foi feita a referida afirmação - para a atualidade, avanços foram obtidos nessa seara em termos legislativos, dentre os quais pode-se destacar: o Decreto nº 7.626/2011, que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do sistema prisional; a Resolução nº03/2009 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais; a Resolução CNE/CEB nº 02/2010 dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais; a Lei nº 12.433/ 2011, que altera a Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho; e, mais recentemente, Resolução nº 391/2021 do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade. Resta saber, no entanto, se tais políticas têm contribuído efetivamente para a transformação da trágica realidade das unidades prisionais.

Outro aspecto fundamental para se pensar a oferta educativa na prisão é que ela se insere na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Trata-se de uma educação destinada para a população que não teve acesso ou continuidade de

estudos no ensino fundamental e médio na idade “própria”, podendo ser presencial, como também à distância. A educação de jovens e adultos passou a se reconfigurar no país a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9394/1996). A EJA prima por um olhar e atenção às pessoas que muitas vezes foram excluídas, silenciadas da e pela sociedade. Visa, assim, atender as necessidades de uma parcela da população que não conseguiu concluir seus estudos escolares ou que tiveram uma experiência interrompida na trajetória escolar ou até mesmo que nem chegaram a iniciá-la.

O público da EJA possui especificidades devido ao meio social em que estão inseridos, os quais têm “em geral, uma história de exclusão, que limita seu acesso a bens culturais e materiais produzidos pela sociedade” (BRASIL, 2000, p. 23). No que tange a educação no âmbito carcerário é “necessário inserir essa discussão no campo mais amplo da educação e formação de jovens e adultos, defendendo o argumento de que a educação em prisões constitui uma expressão da educação de jovens e adultos desenvolvida para uma população específica” (IRELAND, 2011, p. 21). Assim sendo, é preciso olhar para essa especificidade, considerando-a em todos os aspectos que envolvem sua oferta, que vai desde o currículo até a formação de professores, passando pela elaboração de materiais e abordagens didáticas.

Infelizmente, como explicita Miguel Arroyo (2006, p. 17), “a formação do educador e da educadora de jovens e adultos sempre foi um pouco pelas bordas”. Trata-se de uma modalidade invisibilizada, que recebe menos atenção e investimento do poder público. Desta forma, “em nível pedagógico, tanto a EJA, quanto a educação em prisões sofrem da falta de projetos e pessoal próprios – projetos político-pedagógicos e educadores com uma formação específica para trabalhar com o público jovem e adultos e o público encarcerado” (Timothy, 2011, p. 31). Assim sendo, é primordial “que as atividades educativas desenvolvidas no mesmo espaço sejam articuladas e não fragmentadas” (Timothy, 2011, p. 35).

Nesta mesma linha de análise, Graciano e Schilling (2008) observam que:

Ao mesmo tempo em que as ações empreendidas pelo Estado na modalidade Educação de Jovens e Adultos estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) não incluem sistematicamente, ou de forma explícita, os habitantes dos presídios, a educação escolar destinada a este grupo sofre os impactos das restrições impostas àquela modalidade. (2008, p. 114)

Por todo o exposto até então, é que pode-se entender que “Educação em prisões, como direito, é inerentemente contraditória; por isso, permanece como desafio para as nossas sociedades” (Ireland, 2022, p. 35).

Complexificando ainda mais o cenário, no Brasil, “a característica mais marcante do atual sistema prisional, acentuada pela política de penitenciarismo, é, talvez, a superlotação” (Ireland 2011, p.28). Nessa perspectiva, “a preocupação central do presídio é com a segurança e a detenção das pessoas ali encarceradas - a segurança da sociedade e não necessariamente a pessoa presa” (Ireland, 2011, p. 28). Tal situação e condição tem implicações diretas nas possibilidades e na qualidade da oferta de atividades educativas no interior prisional. De acordo com Julião (2020, p. 24):

A construção de prisões, com o aparato tecnológico de segurança necessário para impedir tentativas de fugas ou motins, e a pouca ênfase na promoção de outras formas de resposta à violência e à criminalidade mostram a confiança na eficácia preventiva de longas e severas penas de encarceramento, porque ainda se acredita no poder intimidativo da prisão.

Como resultado dessa lógica punitivista, tem-se o elevado número de presídios, o encarceramento em massa, as altas taxas de prisões preventivas e a superlotação das prisões, que atrelado ao enorme número de processos e a morosidade do processo de julgamento, dificultam enormemente que sejam assegurados os Direitos Humanos, dentre eles a educação e a dignidade humana, dentro das prisões. Julião (2020, p.74) sublinha, nesse sentido, que:

A superlotação dificulta a separação dos presos com base na gravidade de seus crimes e, quanto mais pessoas são encarceradas, mais difícil fica para os operadores de segurança pública manter a prisão, garantindo a individualização da sentença e os direitos humanos fundamentais dos sujeitos privados de liberdade.

Ainda segundo o referido autor, “enquanto se esvaziam as políticas sociais, ampliam-se políticas policiais, penais e de encarceramento massivo, colocando para debaixo do tapete as suas mazelas sociais” (Julião, 2020, p. 38). Lamentavelmente, enquanto houver pouco engajamento social e vontade política para permear o universo carcerário com significância, as prisões continuarão a ficar em segundo plano, como se não se constituíssem como parte da sociedade merecedoras de atenção.

Em meio a todos esses desafios e contradições, a oferta da educação na prisão é uma questão posta e suscita inquietações. Diante desse complexo cenário, o problema que orientou essa pesquisa foi: qual a situação do conhecimento acadêmico e científico produzido até então em relação à Educação na prisão no Brasil e, de maneira geral, o que ele comunica? Assim sendo, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar o panorama geral do Estado da Arte da Educação em prisões no Brasil. Para isso, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Mapear as teses e dissertações brasileiras desenvolvidas sobre educação nas prisões nas Plataformas CAPES e BDTD;
- ✓ Organizar os trabalhos localizados a fim de formar o *corpus* da pesquisa;
- ✓ Sistematizar dos dados gerais por meio de tabelas e gráficos;
- ✓ Analisar o panorama geral do Estado da Arte sobre a Educação nas prisões brasileiras.

Este trabalho está organizado em seis seções. A primeira seção, intitulada “*Luana e a prisão*”, é uma apresentação de cunho pessoal, na qual explico como esta temática entrou em minha vida. Na segunda seção, intitulada “*Introdução*”, sublinho alguns documentos oficiais a respeito da educação nos contextos prisionais; o que a lei diz a esse respeito e o que de fato temos na prática, fazendo o diálogo com alguns autores que pesquisam a temática. É a seção na qual evidencio o problema e os objetivos, geral e específico, desta pesquisa. Na terceira seção, “*Estados da arte sobre educação na prisão*”, abordo alguns artigos estudados durante os nossos encontros do grupo de estudo que serviram de revisão bibliográfica da temática. Na quarta seção do trabalho, denominada “*Percurso metodológico*”, explico o que é “estado da arte” e como esta pesquisa se desenvolveu, quais caminhos escolhemos percorrer e o porquê de tais escolhas. Na quinta seção, intitulada “*Os achados da pesquisa*”, trago os resultados obtidos. É basicamente o que encontramos e interpretamos dos dados coletados. Na sexta, e última seção são as “*Considerações finais*”. Nela eu relato um pouco da minha trajetória na pesquisa e retomo o objetivo da pesquisa, evidenciando o que pode ser alcançado.

### **3. UMA REVISÃO DO ESTADO DA ARTE SOBRE EDUCAÇÃO NA PRISÃO NO BRASIL**

Apesar da prisão em si ser uma temática que envolve muitas áreas de conhecimento e possuir uma vasta produção de trabalhos acadêmicos a seu respeito, quando associada à educação essa produção se torna bem mais recente e menor.

Durante os estudos coletivos do Grupo de Estudo em Educação Popular: Problematização do mundo como luta pela liberdade (GEPEPro-livre), do qual faço parte, localizamos e estudamos quatro artigos sobre a produção de conhecimento sobre educação na prisão.

O primeiro deles, intitulado “Estado da arte da prática e letramento como prática educativa no sistema prisional”, é um resumo expandido publicado nos anais do X Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, ocorrido em Sergipe em 2016. Como explicitado no título, trata-se de um recorte específico sobre o letramento. O texto não detalha os procedimentos para levantamento dos trabalhos analisados, mas afirma que:

Realizou-se a busca em duas etapas; na primeira foram localizadas as publicações referentes à educação e práticas educativas no cárcere, após filtrá-las e separá-las por data de publicação, partiu-se para a segunda etapa da pesquisa. Na segunda etapa foram lidos os dezoito trabalhos selecionados de acordo com o assunto desejado e a partir daí percebemos os objetivos e as conclusões de cada trabalho publicado (Souza, 2016, p.2).

Ainda segundo o autor, faltam no âmbito do sistema prisional pesquisas sobre esse recorte de análise, o que, de certa forma, explica o número reduzido de trabalhos analisados. As análises foram apresentadas a partir de nove categorias de análises, sendo elas: direito à educação de “sujeitos” reclusos; penitenciária públicas ou privadas - espaço de ressocialização; ressocialização feminina; letramento como suporte para (re)inserção; imagem que reinsere; retomar o debate do ensino nas unidades carcerárias; remição e suas interpretações; educação escolar no ambiente

prisional; e inclusão para ressocialização. De acordo com seu autor “faltam pesquisas relacionadas com as práticas de letramento no âmbito do sistema prisional”. Como pode-se perceber nas categorias, o texto extrapola o recorte do letramento e, dado os limites de um resumo expandido, não dá conta de aprofundar nas análises, o que acaba tornando o trabalho mais descritivo do que reflexivo e analítico. Diante a lacuna de pesquisas, no período compreendido entre 2001 e 2016, conclui que:

A prática de letramento no sistema penitenciário permitiria perceber e conhecer qual o tipo de leitura e/ou literatura dos detentos do sexo masculino escolhem para a prática da leitura, e a partir daí poder contribuir para a sua formação e a reformulação de pensamentos que possibilitassem a reintegração social, com novas perspectivas e ideias sobre sua nova oportunidade de fazer diferente e fazer a diferença. (Souza, 2016, p. 6)

No segundo trabalho estudado, intitulado: “*A educação prisional pelo estado do conhecimento*”, o levantamento foi a partir das teses e dissertações sobre o tema “*Educação Prisional no Brasil*”, sendo 66 dissertações de mestrado e 19 teses de doutorado, totalizando uma produção de 85 trabalhos analisados. O recorte temporal foi entre os anos de 1975 a 2012, num intervalo portanto de trinta e sete (37) anos. Os bancos de dados selecionados para a busca dos trabalhos foram: da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Os autores contextualizam inicialmente a educação na prisão como um direito humano, inserida na modalidade da EJA, afirmando que “Apesar de ser um direito do apenado, a educação prisional ainda está na invisibilidade para grande parte da população carcerária brasileira”. (Garutti; Oliveira, 2018, p. 209).

Apresentam dados gerais sobre as dissertações analisadas, evidenciando que a maior parte delas, o que corresponde a 45 dos trabalhos, foram desenvolvidos em programas de pós-graduação na área da Educação. E apresentam, de modo descritivo, as nove teses localizadas. Concluem que “geralmente o foco das investigações acerca da educação no sistema prisional tem recaído no seu potencial de ressocialização e/ou reinserção social” (Garutti; Oliveira, 2018, p. 212) e que “Apesar de ter havido um aumento considerável da produção acadêmica sobre o tema, ainda não foi suficiente para que os políticos olhem com mais afinco o problema penitenciário brasileiro” (Garutti; Oliveira, 2018, p. 219). Afirmam, portanto, que tal temática ainda está em processo de se constituir como em campo de conhecimento e

que apesar da educação ser um direito, cujo dever do Estado é garanti-la, o que se percebe é que nas prisões ela é uma espécie de “*moeda de troca*”. Ou seja, na prática ela não é para todos como está destacado nos documentos oficiais. Além disso, pontuam outras fragilidades, como o:

[...] quadro mínimo de professores e a pouca efetividade produzida pela educação em prisões por não estar atentos às necessidades específicas desse público e/ou por apenas cumprir uma normativa jurídica sem de fato resolver o problema. Isso porque ainda muitos agentes públicos não entendem o apenado como sendo sujeito de direitos e principalmente, direito à educação (Garutti; Oliveira, 2018, p. 219).

O terceiro trabalho estudado foi o artigo denominado “Celas e salas: a recente produção acadêmica sobre educação escolar na prisão (2003-2017)”, publicado por Martins e Monteiro (2019). Com o objetivo de analisar o conhecimento sobre o tema “*educação escolar na prisão*”, a partir de teses e dissertações, levantou-se as produções acadêmicas a partir das plataformas: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD-IBICT) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES). Foram localizados 258 trabalhos, valendo-se de três descritores: “*educação and penitenciária and modelo panóptico*”; “*educação and unidades prisionais and modelo panóptico*” e “*educação and prisões*”. Do montante de trabalhos localizados, somente 12 têm no bojo a temática da educação escolar como objeto de estudo e, portanto, foram selecionados para análise. O período dos trabalhos selecionados foi entre 2003 e 2017.

A análise dos trabalhos permitiu que Martins e Monteiro (2019, p. 161), assim como Garutti; Oliveira (2018), observassem na produção acadêmica “uma ‘crença’ no papel ressocializador ou ‘redentor’ da educação escolar”. E que apesar do aumento nas produções ao longo dos anos, ela ainda permanece como uma temática a ser colocada na pauta das discussões da sociedade. Observaram ainda que:

Os trabalhos acessados “denunciam” aspectos como a falta de vagas, a necessidade de pensar as especificidades da Educação de Jovens e Adultos, sua dinâmica metodológica e didática, o espaço-tempo da escola na prisão, as elevadas taxas de reincidência inclusive entre os sujeitos que frequentam a escola, o exercício da docência e as políticas públicas em curso, entre outros aspectos (Martins e Monteiro, 2019, p. 161).

Mapeando essas produções fica posto que aspectos considerados importantes estão sendo debatidos nas produções acadêmicas acerca da educação nas prisões.

Tais debates são muito significativos, na medida que vozes estão sendo ouvidas e passos estão sendo dados no intuito de disseminar esta temática que se insere num universo tão singular e, ao mesmo tempo, tão plural. Daí a importância de “pensar a educação na prisão de forma diferenciada, valorizando as especificidades ou particularidades deste espaço-tempo e a necessidade de políticas públicas e investimentos dirigidos para a educação” (Martins; Monteiro, 2019, p. 161).

O quarto, e último, trabalho estudado foi o artigo mais recente publicado por Rocha e Monteiro (2023), intitulado “Educação nas prisões: pesquisas e pesquisadores”. Valendo-se do levantamento de 1.261 de teses e dissertações associadas às palavras-chave: “sistema prisional”, “prisão”, “cárcere”, “encarceramento” e “penitenciárias”, sistematizado no âmbito do Observatório Nacional do Sistema Prisional (ONASP), complementados com fontes obtidas por meio da Plataforma Lattes e do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, o objetivo foi “demonstrar os caminhos e descaminhos para a constituição da subárea Educação nas prisões no Brasil” (Rocha; Monteiro, 2023, p. 87).

Dentre as constatações do estudo, tem-se que o número de trabalhos acadêmicos sobre educação na prisão é reduzido nas duas grandes áreas de conhecimento: educação e prisão. Além disso, é uma temática recente para a formação de doutores e poucos desses pesquisadores continuam pesquisando sobre ela após a conclusão do doutorado. Concluem que:

[...] o campo precisa avançar, seja constituindo grupos de pesquisa amplos que possam fomentar linhas de pesquisa próprias nas pós-graduações em educação ou através de um esforço nacional, constituindo novos mestrados e doutorados específicos, o que possibilitaria aumentar a oferta de formação, ao mesmo tempo em que seriam abertas vagas para professores de pós-graduação na temática da educação nas prisões (Rocha, Monteiro, 2023, p. 99).

Vale destacar ainda o TCC desenvolvido por Moraes (2019), que não foi material de estudo de nosso grupo de estudo, mas que também se constitui como um esforço de compreensão do estado do conhecimento sobre a temática da educação na prisão. Com o título “Educação nas prisões: as vozes das pessoas em situação de privação de liberdade no estado da arte”, as análises foram direcionadas para compreender como as falas das pessoas que vivenciam estão sendo incorporadas nos trabalhos acadêmicos. O levantamento dos trabalhos foi feito na plataforma

Capes e após as filtragens restaram 22 trabalhos para análise. Ao final, a autora conclui que:

As produções acadêmicas que tratam da educação nos espaços de privação de liberdade, não trazem, em sua maioria, a voz da pessoa presa. Das que trazem, a maioria busca complementar as análises com outras vozes além da pessoa presa. Isso confirma que muito ainda tem que ser feito para que estas pessoas presas sejam ouvidas e consideradas neste processo de construção de conhecimento sobre a educação a elas direcionada (Morais, 2018, p. 68).

Esse conjunto de trabalhos e estudos, nos permite perceber que a oferta de educação nas unidades prisionais carece de destaque no campo acadêmico e um envolvimento mais acentuado, sobretudo por parte dos órgãos governamentais. Trabalhos desta natureza, se estiverem mais na ordem do pensamento e reflexão, talvez possam contribuir para nos inquietar e suscitar a promoção de debates necessários sobre esta temática tão importante e urgente.

A prisão ainda é vista pela maioria das pessoas como um lugar para excluir as pessoas que cometeram algum ato infracional. Todavia, nós como acadêmicos e pesquisadores que somos, devemos não apenas entender que estas pessoas têm seus direitos, sendo a educação um deles, mas também contribuir para disseminar essa compreensão com nossos trabalhos. Infelizmente, os estudos apresentados evidenciam que ainda falta engajamento para essa transformação, e que o que está posto nas leis não encontram correspondência na realidade, estando o interior das unidades prisionais repleto de negligências; dentre eles a educacional.

Silva (2016), ao se debruçar sobre a análise do professor no cárcere, evidencia que eles sabem das suas responsabilidades, da sua importância neste movimento. Eles tentam promover a criticidade em seus alunos e buscam desenvolver o trabalho de forma contextualizada, mas deparam-se com limitações, dentre elas a falta de formação e orientação. Como as universidades poderiam, a partir de sua expertise, experiência e função social, contribuir para essas faltas, ausências e/ou carências?

Segundo Julião (2020, p. 2020) a educação em contexto de privação de liberdade “é invisível para a sociedade e marginal para a academia. Melhor dizendo, é um tema invisibilizado e negligenciado tanto pela sociedade, quanto pelo poder público e universidade”. Provavelmente, em parte, pelo público ao qual ela se destina: majoritariamente pobre, negro e com baixa escolaridade. Temática invisibilizada, portanto, porque interessa a uma sociedade excludente, opressora, colonizadora e racista produzir apagamentos e silenciamentos de certos grupos.

Compreender por este ângulo faz com que a temática aqui abordada mereça destaque e visibilidade, para disseminar, e se pensar e olhar por outro prisma a problemática da prisão. Quanto mais vozes, produções acadêmicas e discussões com esse teor forem propagadas, mais a sociedade e os agentes políticos serão provocados a pensar em políticas públicas e sociais a esse respeito. E o mais importante: haverá mais pressões para que haja a implementação efetiva e correta dessas políticas, de modo que os direitos das pessoas privadas de sua liberdade não sejam suprimidos e/ou eximidos, como temos visto acontecer com a educação no interior das prisões consideravelmente.

Enfim, há que se compreender e fortalecer a educação na prisão enquanto campo de conhecimento para que ela possa ser problematizada em sua garantia e modo de oferta. Enquanto essa oferta for reduzida e soubermos pouco a seu respeito, ficaremos limitados para argumentar em prol de uma educação para toda a vida, em busca de emancipação, conscientização e libertação de pensar e ser, que vá contra aquela em que os sujeitos apenas recebem conteúdos e/ou está exclusivamente voltada para o mercado de trabalho.

No mundo como um todo e, por isso, também dentro das prisões, é necessária “uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática” (Freire, 2005, p. 97). É nessa reflexão que o sujeito pode reconhecer as dificuldades em que se encontra para que possa superá-las, transformando-as.

## 4. PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho foi desenvolvido de forma integrada à pesquisa intitulada “Prisão como tema de pesquisa em programas de pós-graduação em educação: o que diz o estado da arte?”, sob coordenação da professora Aline Campos. Além de mim, participaram e participam da referida pesquisa outras cinco graduandas, sendo três delas bolsistas PIBIC. O levantamento e organização do *corpus* dessa pesquisa, que subsidiou as análises gerais apresentadas neste trabalho, foram realizados por esse coletivo.

### 4.1 Abordagem teórico-metodológica

As pesquisas que podem ser denominadas como “*estado da arte*” ou “*estado do conhecimento*”, são aquelas que fazem um levantamento bibliográfico sobre o que já se produziu no âmbito acadêmico sobre determinada temática, ou seja, é uma “*pesquisa da pesquisa*”.

Segundo Ferreira (2018, p. 13, grifo do autor) “a expressão “estado” aponta para modo de (ser ou) *estar*, para uma *situação*, ou ainda, para uma *disposição* que pode ser registrada, descrita, enumerada [...]”, assim, o Estado da Arte é a forma, o como, o modo que tal temática está sendo produzida e discutida. A pesquisa Estado da Arte possibilita uma visão geral sobre o que vem sendo produzido, em suma, é um balanço sobre algum conhecimento, é uma interação com textos de outros pesquisadores. Para Ferreira (2021, p.16):

[...] é uma investigação que tem objeto de estudo específico (a própria produção científica sobre determinada temática); referencial teórico (do campo estado da arte ou estado do conhecimento); interlocutores de campos multidisciplinares; metodologia (inventariante, descritiva e interpretativa; quantitativa e qualitativa; documental e bibliográfica; hermenêutica); procedimentos metodológicos (passos que se diversificam conforme objetivos bem definidos e etapas da pesquisa, identificação e registro sistemático das fontes, unificação de critérios de busca, apresentação dos dados em tabelas, quadros, gráficos e construção de um corpus de trabalho); rigor analítico interpretativo que pressupõe interrogações, organizações, cruzamentos; explicitações, entrecruzamento de ideias conceituais com as informações ou observações obtidas pelo investigador; produção de resultados e conclusões.

Compreendendo o Estado da Arte de determinada área do conhecimento, podemos saber o que tem sido compreendido, quais enfoques estão sendo priorizados, revela o que tem despertado maiores interesses e preocupações, bem como as lacunas, o que não está sendo discutidos e/ou está sendo pouco destacado. Nesse sentido, Romanowski (2006, p.38-39) salienta que “o interesse por pesquisas que abordam estado da arte deriva da abrangência desses estudos para apontar caminhos que vêm sendo tomados e (...) aspectos que são abordados em detrimento de outros”. Dessa forma, é possível entender tanto os conhecimentos acumulados, quanto em que é necessário avançar na temática explorada.

Norma (2021, p. 9) afirma que nas pesquisas do tipo Estado da Arte “[...] o sujeito (pesquisador) opera com as informações e dados coletados, recorta e identifica, cruza e une fios”. O trabalho nessas pesquisas é, portanto, de conectar, comparar, dizer, captar, revisar. Trata-se, dessa maneira, de uma redescoberta sobre os conhecimentos já produzidos, a partir de novas reflexões críticas. Para Ferreira (2002, p. 258), tais pesquisas “parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares”. Daí a importância nessas pesquisas do marco temporal e territorial.

Nesta pesquisa, o foco de atenção é uma subárea de conhecimento, que atrela as áreas da educação e da prisão. Por tratar-se de uma análise preliminar de um grande volume de dados, buscamos nesta pesquisa compreender o panorama geral dessa produção. Para isso, atentemo-nos para a quantidade de trabalhos encontrados; quantas e em quais universidades trabalhos sobre essa temática estão sendo produzidos; quais programas de pós-graduação estão acolhendo essa temática e propiciando o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos; quantos pesquisadores e pesquisadoras têm conduzido sua formação acadêmica a partir dessa temática; qual a quantidade de teses e dissertações já publicadas, bem como o ano de sua publicação e em qual estado e região do Brasil se deu a publicação.

## 4.2 Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento desta pesquisa partiram das orientações indicadas por Remanowski e Ens (2006) para a realização de Estados da Arte, a saber: (1) Definição dos descritores para direcionar as buscas a serem realizadas; (2) Localização dos bancos de pesquisas, teses e dissertações, catálogos e acervos de bibliotecas, biblioteca eletrônica que possam proporcionar acesso a coleções de periódicos, assim como aos textos completos dos artigos; (3) Estabelecimento de critérios para a seleção do material que compõe o corpus do estado da arte; (4) Levantamento de teses e dissertações catalogadas; (5) Coleta do material de pesquisa; (6) Leitura das publicações com elaboração de síntese preliminar, considerando o tema, os objetivos, as problemáticas, metodologias, conclusões, e a relação entre o pesquisador e a área; (7) Organização do relatório do estudo compondo a sistematização das sínteses, identificando as tendências dos temas abordados e as relações indicadas nas teses e dissertações; (8) Análise e elaboração das conclusões preliminares.

Seguimento essas orientações, começamos definindo os descritores para as buscas nas plataformas, que foram: (1) *“Educação prisão”*, (2) *“Educação privação liberdade”*, (3) *“Educação penitenciária”*, (4) *“Educação restrição liberdade”*, (5) *“Educação prisional”*, (6) *“Educação cárcere”*, (7) *“Educação presídio”*, (8) *“Práticas educativas prisão”*. Os bancos de dados dos quais utilizamos foram a da Capes e BDTD; a busca se deu por documentos do tipo dissertações e teses; assim, chegou no total de 1.500 por plataformas, ou seja, muitos trabalhos encontrados tanto na BDTD, quanto na Capes, depois estabeleceu-se alguns critérios para a continuação e uma filtragem na pesquisa, bem como; a exclusão de trabalhos em que no seu título traziam o termo *“socioeducativo”*, pois apesar de ser também uma forma de reclusão de pessoas (menores), mas as especificidades mudam; os trabalhos repetidos também nós excluímos, foram um número expressivo de repetição em ambas as plataformas; trabalhos em que se atentem para outras temáticas também excluímos da nossa pesquisa; e assim chegamos a 552 trabalhos, o próximo passo foi baixar todos esses trabalhos em formato de documento portátil, eu e as demais meninas que fazem parte da pesquisa nos dividimos no processo do trabalho, onde cada qual ficou incumbida de diferentes responsabilidades; tivemos de por na planilha excel todos

esses 552 trabalhos e pesquisar em qual instituição de ensino superior o trabalho foi desenvolvido; o programa de pós-graduação a que ele está vinculado; o tipo de trabalho acadêmico (dissertação ou tese); a data de defesa/publicação; a região e estado do país onde o mesmo foi publicado, tais informações requer uma atenção especial para que durante o processo da pesquisa não haja nenhum tipo de equívoco, fato este que demanda muita concentração e foco da parte dos pesquisadores, e quando todos os dados listados acima estiverem coletados e dispostos na planilha no excel, foi realizado os gráficos para ficar bem explicativo sobre os quesitos citados acima, como instituição, ano da defesa e entre outros; e o próximo passo da pesquisa e já encaminhando para o fim (mesmo que temporário, pois as pesquisas não se findam, sempre tem algo a complementar) temos de analisar os dados, fazer a interpretação e um elo entre os autores que dialogam com o tema, a fim da obtenção de uma melhor compreensão.

## 5. OS ACHADOS DA PESQUISA

Como tem sido produzido o conhecimento acadêmico e científico em relação à Educação na prisão no Brasil? Partindo desse problema de pesquisa é que demos início a um exaustivo levantamento de trabalhos acadêmicos, a nível de mestrado e doutorado, sobre essa temática.

A trajetória para se chegar ao *corpus* desta pesquisa foi bastante sinuosa, relevando o desafio de se lidar com a organização e sistematização do conhecimento já produzido. Nesta seção apresento esse percurso coletivo e as aprendizagens e os aprendizados que obtivemos ao trilhá-lo, explicando as escolhas feitas e os resultados gerais obtidos até então.

Vale ressaltar que o *corpus* a que chegamos constitui-se num conjunto de trabalhos com uma variedade imensa de possibilidades de análise, a partir de diferentes enfoques. Enquanto eu apresento o panorama geral de nossos achados, outras pesquisadoras iniciantes, assim como eu, exploram outros vieses, tais como: as principais temáticas que estão sendo exploradas nestes trabalhos; quais os

principais objetivos destas pesquisas; como a associação entre educação e ressocialização estão sendo apresentada; e como os programas de pós-graduação em direito ou áreas afins estão acolhendo e desenvolvendo pesquisas sobre educação na prisão.

## 5.1 A definição do *corpus da pesquisa*

A pesquisa iniciou primeiramente pela busca dos descritores para definirmos o *corpus* da pesquisa. Entendendo que nosso foco de pesquisa é a interface entre educação e prisão, buscamos explorar a associação entre essas duas áreas de conhecimento na definição dos descritores. Chegamos, assim, em oito descritores: (1) “Educação prisão”; (2) “Educação privação liberdade”; (3) “Educação penitenciária”; (4) “Educação restrição liberdade”; (5) “Educação prisional”; (6) “Educação cárcere”; (7) “Educação presídio”; (8) “Práticas educativas prisão”.

As duas plataformas que utilizamos para fazer o levantamento das teses e dissertações foram a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e a BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), por se tratar de bancos que acolhem trabalhos em âmbito nacional e também por serem conhecidos e reconhecidos significativamente.

O resultado dessa busca inicial está apresentado no quadro abaixo:

**QUADRO 01: Dados bruto da pesquisa (CAPES e BDTD)**

DESCRITORES	RESULTADO BRUTO	
	BDTD	CAPES
“Educação prisão”	281	259
“Educação privação liberdade”	239	252

“Educação penitenciária”	190	177
“Educação restrição liberdade”	39	40
“Educação prisional”	302	379
“Educação cárcere”	206	214
“Educação presídio”	123	143
“Práticas educativas prisão”	69	38
<b>TOTAL</b>	<b>1.449</b>	<b>1.502</b>

Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser observado, o somatório de trabalhos brutos localizados, sem nenhuma filtragem, é similar nas duas plataformas de busca, sendo ao redor de 1.500 em cada. Alguns descritores foram mais eficientes na localização de trabalhos do que outros, evidenciando a importância de defini-los com bastante cuidado e estratégia.

Organizamos uma planilha no Excel compartilhada, na qual preenchemos as informações básicas referentes a todos os trabalhos localizados, tais como: título, autor/a e plataforma onde foi localizado. Em seguida ordenamos os trabalhos por ordem alfabética e aplicamos o primeiro filtro, que foi excluir os trabalhos que apareciam repetidos. Nesse processo, observamos tanto repetições por trabalhos terem sido localizados nas duas plataformas, como por mais de um dos descritores. Isso implicou um enorme número de exclusões.

Com a leitura do título dos trabalhos excluimos também aqueles que claramente eram sobre outras temáticas, o que representou uma quantidade considerável, uma vez que a palavra prisão e seus sinônimos são usadas em contextos diversos e simbólicos que não apenas em referência ao espaço prisional.

Também através da leitura do título excluimos os trabalhos que eram sobre o sistema socioeducativo e não o prisional. Entendemos que ambos os sistemas lidam com a restrição e privação de liberdade, mas que, no entanto, possuem particularidades e finalidades distintas que precisam ser analisadas separadas, a fim de não contribuir para misturá-los e/ou igualá-los.

Com essas filtrações iniciais o montante de trabalhos foi consideravelmente reduzido para 571 trabalhos, para os quais complementamos as informações na planilha com dados relativos à: instituição de ensino superior onde foi desenvolvido; programa de pós-graduação a que está atrelado; o tipo de trabalho acadêmico (se

dissertação ou tese); data de defesa/publicação; região e estado do país onde foi publicado. Nesse processo mais atento a cada trabalho, percebemos alguns outros que deveriam ter sido excluídos (por estar repetido, se relativo à socioeducação ou outra temática e contexto que não o prisional). Com isso, outros trabalhos foram excluídos e, ao final, o corpus da pesquisa ficou em 552 trabalhos.

Segundo Romanowski e Ens (2006, p. 37) “A realização de estados da arte possibilita a efetivação de balanço da pesquisa de uma determinada área”. O número de trabalhos que restaram compondo o *corpus* desta pesquisa evidenciam não ser mais tão insignificante a produção de conhecimento acerca da educação na prisão. Se comparado com outras áreas de conhecimento mais amplas e consideradas, sem dúvida ainda é um número pequeno, mas há um quantitativo considerável para análise do Estado da Arte.

O processo de levantamento e organização inicial dos trabalhos evidenciou os desafios que esta pesquisa enfrenta. É necessário ter bastante conhecimento e estratégia para saber quais descritores e bancos de dados utilizar, como cuidado na hora de realizar as busca de trabalhos. Além disso, o número expressivo de trabalhos exige cuidado e atenção na transferência de informações para a planilha, pois qualquer erro impacta e interfere nos dados gerais e análises posteriores.

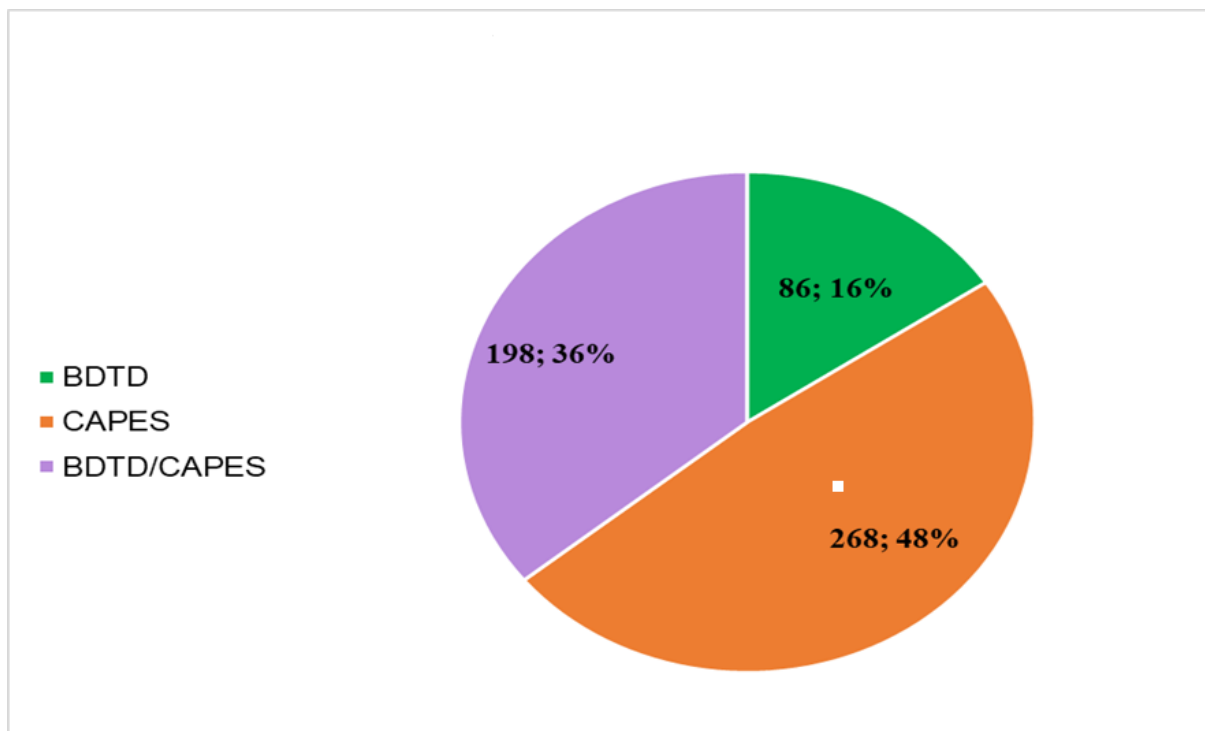
## **5.2 As plataformas de busca: CAPES e BDTD**

As duas plataformas que foram utilizadas para a realização do levantamento de teses e dissertações para análise desta pesquisa foram os dois grandes bancos de dados nacionais: a CAPES e a BDTD. Optamos por elas devido a abrangência nacional e reconhecimento delas, permitindo, assim, o acesso a um acervo de trabalhos realizados em instituições superiores em todo o Brasil. Tais plataformas também possibilitam várias opções para o manuseio da pesquisa, de modo que as buscas podem partir pelos resumos; autor; instituição; palavras-chave; enfim, são várias opções de mecanismos. Visto também, que elas não necessitam de nenhum tipo de cadastro e o acesso a elas é gratuito.

A escolha por teses e dissertações e não por outros trabalhos científicos, como artigos publicados em periódicos, resumos de anais ou livros, deve-se pelo fato das delas demandarem mais tempo em sua feitura e estarem atreladas à trajetória formativa de pesquisadoras e pesquisadores. De um modo geral, são resultados de estudos extensos, intensos e consistentes avaliados e aprovados por banca examinadora. Além disso, de uma mesma dissertação ou tese podem ser extraídos um ou mais artigos, resumos e elas podem, inclusive, ser transformadas em livros.

O gráfico abaixo apresenta o total de trabalhos que compõe o *corpus* desta pesquisa localizados por cada uma das plataformas de busca utilizadas.

**GRÁFICO 01: Total de trabalhos (teses e dissertações) localizados nos bancos de busca.**



Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser observado, a plataforma CAPES localizou 268 trabalhos, o que representa um quantitativo consideravelmente maior do que os 86 trabalhos localizados pela a BDTD. Destaca-se, ainda, que houve ainda 198 trabalhos localizados por ambas as plataformas. Percebe-se, assim, que a plataforma CAPES apresenta-se como mais eficiente do que a BDTD para o levantamento de teses e dissertações.

Para analisar essa diferença é importante contextualizar que a história do Banco de Teses e Dissertações da CAPES remonta ao final da década de 1980, quando foi criado como uma ferramenta para organizar e facilitar o acesso aos trabalhos acadêmicos produzidos nos programas de pós-graduação. Desde então, tem evoluído continuamente para acompanhar as mudanças tecnológicas e as necessidades da comunidade acadêmica brasileira. A BDTD, por sua vez, tem sua origem entre o final da 1990 e início dos anos 2000, período em que começaram a surgir iniciativas para digitalizar e disponibilizar teses e dissertações de maneira centralizada e acessível pela internet.

A respeito do acesso digital aos trabalhos acadêmicos e periódicos, Peixoto (2022, p.11) sublinha que:

A biblioteca digital possibilitou que a comunidade acadêmica obtivesse acesso às bases e periódicos que têm grande relevância para o desenvolvimento da ciência brasileira, contribuindo para uma maior densidade à produção acadêmica e permitindo desenvolvimento da Ciência nas diferentes áreas de atuação.

Ambas as plataformas são iniciativas relacionadas à disponibilização de teses e dissertações produzidas em programas de pós-graduação no Brasil, porém possuem algumas diferenças importantes. A plataforma da CAPES é gerida diretamente por essa instituição, que coordena e centraliza informações sobre teses e dissertações produzidas em programas de pós-graduação avaliados por ela. A BDTD, por sua vez, é uma iniciativa mais descentralizada, que integra repositórios digitais de teses e dissertações de diversas instituições de ensino superior brasileiras. Cada instituição pode ter seu próprio repositório BDTD, e esses repositórios são integrados para formar uma única plataforma nacional. Ambos os sistemas buscam padronizar metadados e informações para facilitar a busca e recuperação das teses e dissertações. No entanto, a implementação pode variar entre os repositórios individuais do BDTD, enquanto o Banco de Teses e Dissertações da CAPES segue padrões definidos pela própria coordenação.

Em resumo, enquanto o Banco de Teses e Dissertações da CAPES é uma plataforma centralizada e gerida diretamente pela CAPES para fins de avaliação e gestão de programas de pós-graduação, a BDTD é uma rede integrada de repositórios institucionais que visa ampliar o acesso e a visibilidade das teses e dissertações acadêmicas brasileiras de forma descentralizada. Essas diferenças ajudam a

entender tanto porque há trabalhos em ambos os repositórios, quanto porque existem trabalhos localizados em apenas um deles e não no outro.

Considerando que a avaliação da CAPES é um critério importante para saber da qualidade do Programa de Pós-graduação, esse pode ser um critério para se escolher uma das bases de dados, quando não se quiser fazer a consulta em ambas.

### 5.3 O envolvimento das Universidades na temática

O primeiro aspecto relacionado aos dados gerais do material analisado foi as Instituições de Ensino Superior (IES) às quais as teses e dissertações estão vinculadas. Conforme pode ser observado na tabela apresentada a seguir, foram localizados trabalhos sobre a educação nas prisões desenvolvidos e defendidos atrelados a 148 Centros Universitários; Faculdades; Universidades ou Institutos.

**TABELA 01: Quantitativo dos trabalhos defendidos por universidades, Centros, Faculdades ou Institutos.**

Nº	UNIVERSIDADE	Nº DE TRABALHOS DEFENDIDOS
1	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA	1
2	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS	1
3	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA	1
4	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ	3
5	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS	1
6	CENTRO UNIVERSITÁRIO EURÍPIDES DE MARÍLIA	1
7	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL	3
8	CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO	1
9	CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO CRICARÉ	4
10	FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA	1
11	FACULDADE MERIDIONAL	1
12	FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA	1
13	FACULDADES EST	1

14	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS	1
15	FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO	1
16	INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE	1
17	INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA	1
18	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO	1
19	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	1
20	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS	1
21	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ	1
22	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO	4
23	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ	1
24	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE	1
25	INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA	1
26	INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	1
27	INSTITUTO FEDERAL GOIANO	2
28	INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE	1
29	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	7
30	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	1
31	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	11
32	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	3
33	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	07
34	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	3
35	UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	1
36	UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE	1
37	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	3
38	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS	2
39	UNIVERSIDADE CATOLICA DE PETROPOLIS	2
40	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	2
41	UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO	1
42	UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ	2
43	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	3

44	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE	1
45	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	10
46	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	1
47	UNIVERSIDADE DE FORTALEZA	1
48	UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES	1
49	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	1
50	UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	2
51	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	2
52	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	22
53	UNIVERSIDADE DE SOROCABA	3
54	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	3
55	UNIVERSIDADE DE UBERABA	1
56	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	14
57	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	2
58	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	2
59	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	1
60	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	1
61	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	13
62	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	3
63	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE	2
64	UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO PROF. JOSÉ DE SOUZA HERDY	1
65	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	1
66	UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA	3
67	UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE	2
68	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	3
69	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	3
70	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	4
71	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	9
72	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	1
73	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	1
74	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	7
75	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	3
76	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	1
77	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	6

78	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	1
79	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	6
80	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE	4
81	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	1
82	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE	1
83	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	15
84	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	1
85	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	4
86	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	20
87	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	7
88	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	3
89	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	3
90	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	16
91	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	2
92	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	2
93	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO	1
94	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	9
95	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	3
96	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	1
97	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	10
98	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	6
99	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	14
100	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	1
101	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	5
102	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	12
103	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	5
104	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	17
105	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	8
106	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	11
107	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI	4
108	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	3
109	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	2
110	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	11
111	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	3

112	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	3
113	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	2
114	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	6
115	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	3
116	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	10
117	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	4
118	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	1
119	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	5
120	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	8
121	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	1
122	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	2
123	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	2
124	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	5
125	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	5
126	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA	1
127	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	12
128	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	1
129	UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	1
130	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	1
131	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	3
132	UNIVERSIDADE FEDERAL FRONTEIRA SUL	1
133	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	3
134	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	6
135	UNIVERSIDADE FEEVALE	1
136	UNIVERSIDADE LASALLE	1
137	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	1
138	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	1
139	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	5
140	UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	3
141	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	1
142	UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	2
143	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	1
144	UNIVERSIDADE SÃO MARCOS	1

145	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	9
146	UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ	5
147	UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE	1
148	UNIVERSIDADE VILA VELHA	3

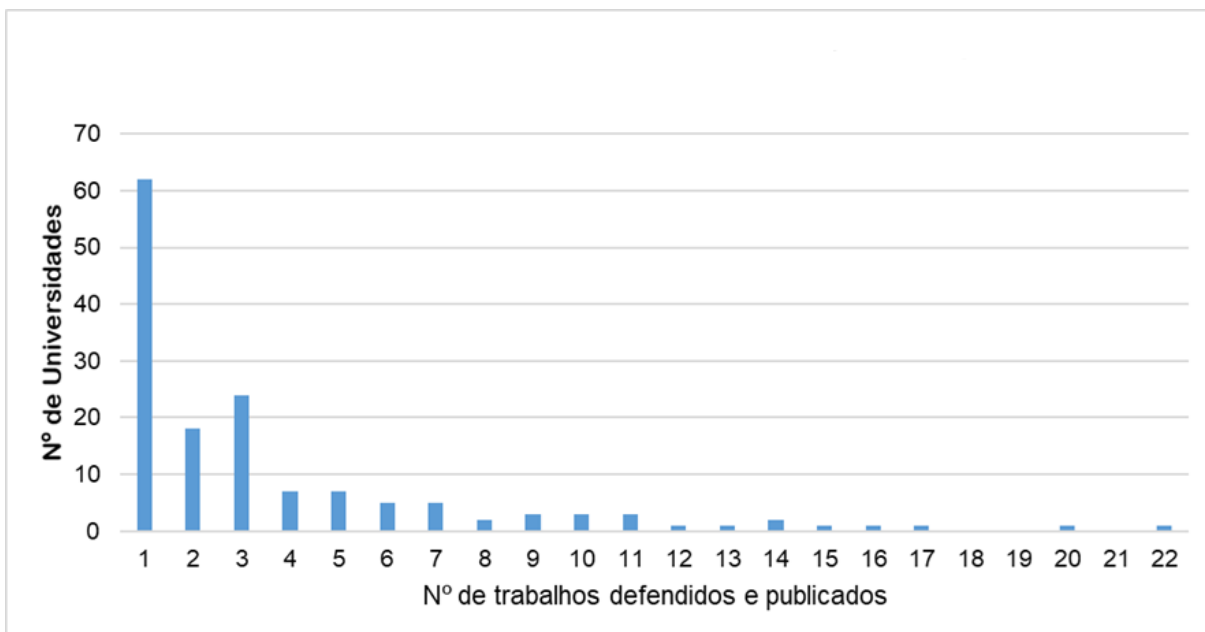
Fonte: Elaboração própria.

Os dados apresentados na tabela acima evidenciam que a produção de conhecimento sobre educação nas prisões está concentrada em IES públicas. De acordo com o Censo da Educação Superior, em 2022 o Brasil possuía 2.595 IES, sendo 312 delas públicas (INEP, 2022). Percebe-se, então, que uma parte considerável das IES brasileiras apresentam, pelo menos, um trabalho desenvolvido e defendido relacionado à educação nas prisões.

Dentro dessa grande representatividade de Centros Universitários, Faculdades, Universidades e Institutos que possuem ao menos um trabalho desenvolvido e defendido atrelado à temática da educação na prisão, apenas 12 deles concentram mais de 10 trabalhos. Percebe-se, assim, que a temática em questão ainda se apresenta dispersa em sua produção, não havendo muitos centros e/ou grupos que se constituam como referência.

O gráfico apresentado a seguir evidencia que 62, ou seja, a grande maioria dos Centros de produção de conhecimento acadêmico e científico possuem apenas um trabalho desenvolvido, defendido e publicado nesta temática. Outros 18 deles possuem apenas dois e 24 apenas três trabalhos. Percebe-se, assim, que a imensa maioria dos Centros Universitários, Faculdades, Universidades e Institutos possuem, no máximo, três produções acadêmicas que atrelam as temáticas da Educação e Prisão.

## **GRÁFICO 02: Panorama do quantitativo de publicações sobre Educação nas prisões nas Universidades**



Fonte: Elaboração própria.

A tabela abaixo reúne as informações relativas aos 12 centros de produção de conhecimento que concentram mais de 10 produções acadêmicas sobre a temática.

**TABELA 02: Instituições de Ensino Superior que reúnem mais de 10 produções acadêmicas sobre educação na prisão**

UNIVERSIDADE	Nº de TRABALHOS	REGIÃO
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	12	Sudeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	12	Nordeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	12	Sudeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	12	Norte
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	13	Sudeste
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	14	Nordeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	15	Sudeste
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	15	Sul

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	16	Nordeste
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	18	Sul
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	20	Sudeste
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	22	Sudeste

Fonte: Elaboração própria.

A Universidade de São Paulo e a Universidade Estadual Paulista (UNESP) são as que concentram os maiores números de trabalhos, 22 e 20 respectivamente. Ambas as Universidades se localizam no estado de São Paulo; um dos principais pólos de produção de conhecimento acadêmico do país. Tratam-se de IES reconhecidas e consagradas e com longa trajetória. Há ainda a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), de modo que se juntarmos todas elas, o Estado de São Paulo é o que possui a maior quantidade de IES que concentram as produções acadêmicas sobre educação nas prisões.

Destaca-se que, com exceção da PUC-SP, todas as demais IES são públicas, corroborando o cenário de que a produção de conhecimento científico no Brasil se dá sobretudo na esfera pública, apesar de haver um quantitativo muito maior de IES privadas no país.

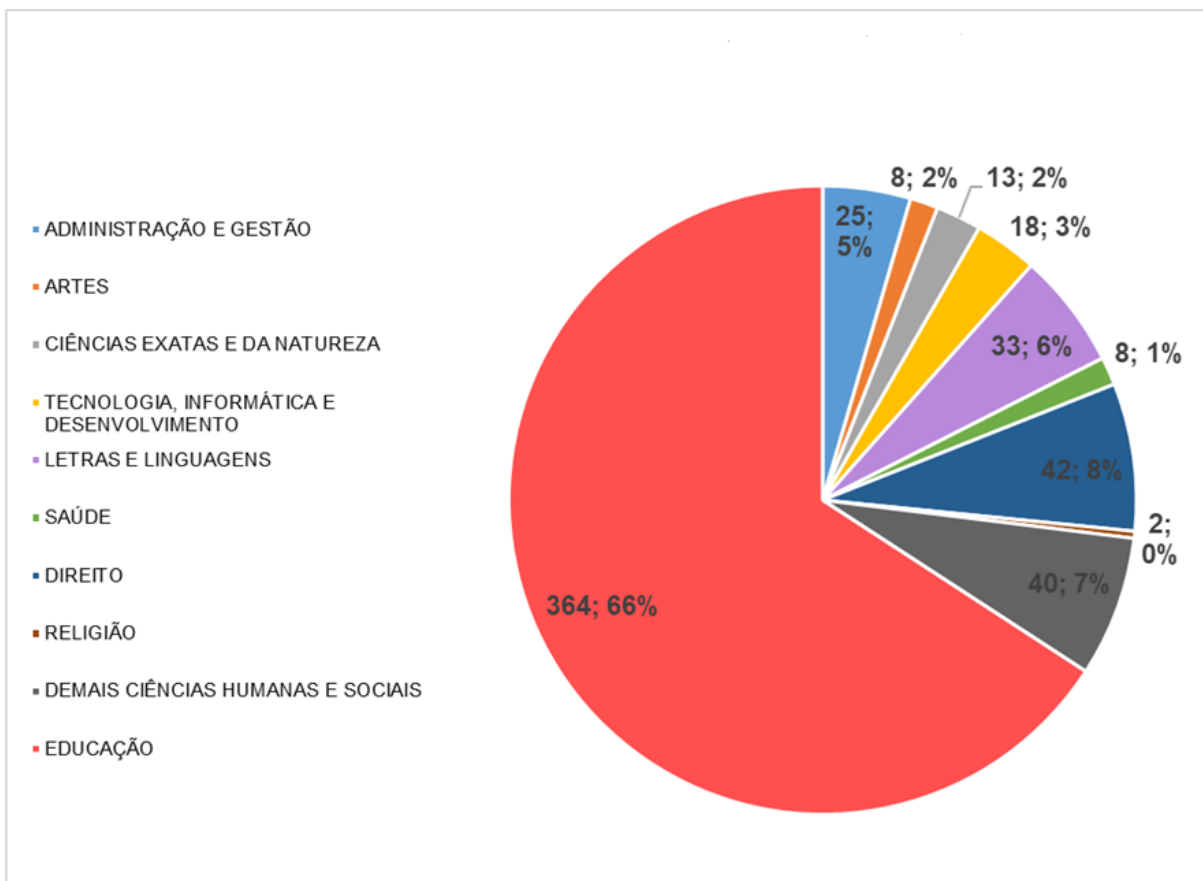
Chama a atenção a Universidade Federal do Tocantins (UFT) estar entre as IES com mais de 10 produções sobre a temática, considerando ser uma Universidade relativamente nova (sua criação foi no ano 2000).

Esses dados reforçam a análise de Rocha e Monteiro (2023) sobre a dificuldade no estabelecimento da educação na prisão como um campo de conhecimento, o que implica em limitações para a orientação específica nessa temática aos pesquisadores interessados em desenvolver suas dissertações e teses nessa perspectiva de estudo.

## **5.4 Programas que têm produzido conhecimento sobre educação na prisão**

Ao organizarmos os dados pelo título dos Programas de Pós-graduação, obtivemos 163 títulos distintos. Alguns eram bastante próximos, mas reunimos apenas aqueles cujo título era idêntico. Em seguida agrupamos tais programas por similaridade da área do conhecimento e o resultado está apresentado no gráfico e tabela a seguir.

**GRÁFICO 03: Distribuição dos trabalhos nas diferentes áreas de conhecimento**



Fonte: Elaboração própria.

É importante lembrar que apesar do *corpus* da pesquisa não ter sido limitado a trabalhos localizados em Programas de Pós-graduação em Educação, a palavra educação foi usada na maior parte dos descritores de busca, o que explica haver 66% dos trabalhos vinculados a programas nessa área. Chama atenção, no entanto, os demais 34% terem sido desenvolvidos em outras áreas de conhecimento, o que possibilita perceber o quanto a temática da educação nas prisões atravessa e dialoga com diversos outros campos de conhecimento. Apesar da temática se concentrar nas áreas das ciências humanas e sociais, com destaque para o campo do Direito, há trabalhos vinculados às áreas exatas, da natureza e das linguagens.

De acordo com dados da Plataforma Sucupira da CAPES, existem 4.592 programas de pós-graduação registrados no Brasil, sendo 195 deles em Educação. Partindo desse quantitativo e da abrangência nacional, o número tanto de trabalhos, quanto de programas de pós-graduação envolvidos com a temática da educação em prisões se torna diminuto.

## 5.5 Tipos de trabalho produzido

De acordo com Campello (2000), teses e dissertações são documentos cuja origem deriva de atividades dos cursos de pós-graduação, cujo objetivo é tanto capacitar professores para atuarem no ensino superior, quanto formar pesquisadores e profissionais de alta qualificação. No Brasil, o desenvolvimento da dissertação está associado à obtenção do título de mestre, enquanto que o desenvolvimento da tese ao título de doutor. No entanto, em outros países há outras formas de utilização destes termos.

Teses e dissertações são consideradas um tipo de literatura cinzenta (Campello, 2000). A expressão literatura cinzenta, segundo Gomes, Mendonça e Souza (2000, s/p):

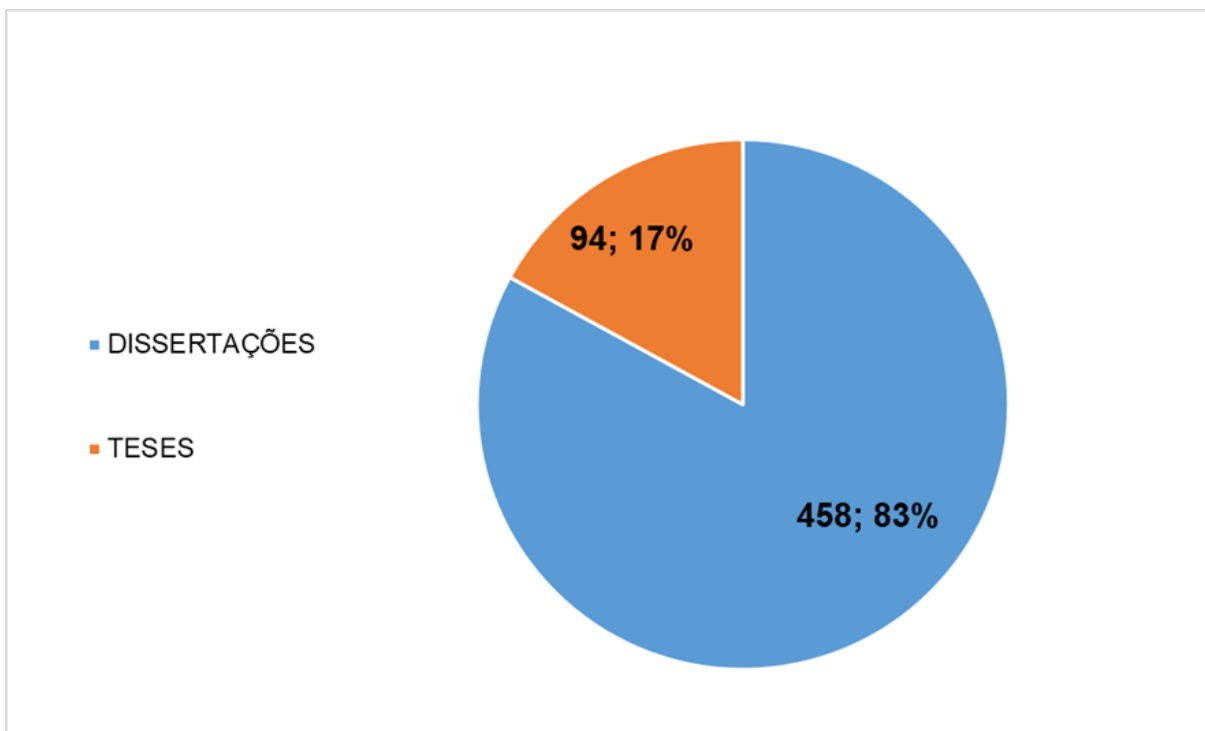
[...] é usada para designar documentos não convencionais e semipublicados, produzidos nos âmbitos governamental, acadêmico, comercial e da indústria. Tal como é empregada, caracteriza documentos que têm pouca probabilidade de serem adquiridos através dos canais usuais de venda de publicações, já que nas origens de sua elaboração o aspecto da comercialização não é levado em conta por seus editores.

Por essa razão, Campello (2000, s/p) orienta que:

As teses e dissertações devem ser analisadas no contexto da educação pós-graduada. Seu valor e qualidade vão depender também da qualidade dos cursos onde são produzidas, além da competência do orientador e, portanto, o processo de seleção de teses para inclusão no acervo de bibliotecas deve levar em conta esses aspectos. A área do conhecimento é outro fator que tem influência no status das teses e dissertações. Em áreas com grande volume de produção bibliográfica, tende-se a considerar esses documentos como meros exercícios acadêmicos e a valorizar mais as formas nobres de publicação, como os artigos de periódicos.

No conjunto de trabalhos observados, obteve-se uma majoritariamente dissertações, conforme pode ser observado no gráfico apresentado a seguir.

**GRÁFICO 04: Quantidade de teses e dissertações na composição do *corpus* da pesquisa**



Fonte: Elaboração própria.

Os dados mostram que dos 552 trabalhos acadêmicos analisados, 83% são dissertações e 17% são teses. De um modo geral, há mais trabalhos de dissertação do que tese em todas as áreas de conhecimento, pois a dissertação é uma etapa anterior, de menor duração e complexidade do que a tese. Ainda que seja possível que algumas pessoas façam doutorado sem terem feito anteriormente uma dissertação, a trajetória acadêmica mais comum é a passagem por essas duas etapas formativas.

Nesse sentido, há que se ressaltar que nem sempre as pessoas conseguem concluir o mestrado e prosseguir nos estudos, devido a tantos afazeres e percalços da vida. Há também aqueles que não desejam avançar para o título de doutor. Seja como for, a diferença no nível de qualificação dessas duas etapas tem implicação direta no fato de haverem mais dissertações do que teses defendidas e publicadas.

Em relação à temática aqui explorada, vimos que ainda ela é invisibilizada, de modo que “O debate sobre o sistema prisional no Brasil é repleto de lacunas, com pouca repercussão midiática, excetuando-se os momentos críticos de motins e rebeliões” (Fidalgo; Oliveira, 2023, p.87) Devido a essa pouca recepção social para a temática, poucas pessoas se interessam por esse estudo. Além disso,

Os pesquisadores tornam-se também invisíveis, juntamente com as temáticas que pesquisam e quando vêm a público frequentemente são

taxados como defensores de bandidos. Este elemento já nos fornece pistas das dificuldades que enfrentam os que se dedicam a estas problemáticas do encarceramento. (Fidalgo; Oliveira, 2023, p. 87-88).

Na pesquisa de Fidalgo e Oliveira (2023), que fizeram um estado da arte sobre à prisão e à educação na prisão, valendo-se da análise de teses e dissertações defendidas entre o ano de 1987 e 2019, as porcentagens são muito similares às que encontramos nesta pesquisa: “Em todas as áreas do conhecimento o doutoramento representa apenas 18%, e na área da educação, representa do total apenas 2,6%. Os mestrados representam 76% do total de defesas.” (Fidalgo; Oliveira, 2023, p. 89).

Apenas 26 das pesquisadoras e pesquisadores desenvolveram ambos os trabalhos acadêmicos - dissertação e tese - na temática da Educação na prisão, sendo eles/as:

**TABELA 02: Relação de pesquisadores/as que desenvolveram dissertação e tese sobre educação nas prisões.**

<b>Pesquisador/a</b>	<b>Pesquisa</b>	<b>Título</b>
ABREU, Almiro Alves de	Tese	Formação de professores que atuam com educação no sistema prisional brasileiro
	Dissertação	Educação entre grades : um estudo sobre a educação penitenciária no Amapá
BARCELOS, Clayton da Silva	Tese	Sistema penitenciário federal: o encelamento do ensino
	Dissertação	Educação escolar na prisão: os significados e sentidos das professoras que atuam em unidades penais de Corumbá, Mato Grosso do Sul
BOIAGO, Daiane Leticia	Tese	Políticas públicas e Estado Penal: a educação escolar nas prisões como mecanismo de regulação social
	Dissertação	Políticas públicas internacionais e nacionais para a educação em estabelecimentos penais a partir de 1990: regulação social no contexto da crise estrutural do capital
CAMPOS, Aline	Tese	Educação-vaga-lume: reinventar a educação popular, resistir à opressão e imaginar uma educação antiprisional
	Dissertação	Educação, escola e prisão: o “espaço de voz” de educandos do Centro de Ressocialização de Rio Claro/SP
FILHO, Armando Dantas de Barros	Tese	Políticas de educação em prisões (2011-2020): conquistas e desafios no estado de Pernambuco
	Dissertação	Educação Física e Direitos Humanos em prisões: uma análise das ações de educação física e esportes na educação de jovens e adultos em privação de liberdade
GOMES, Priscila Ribeiro	Tese	Tecendo fios nos espaços e tempos da escola na prisão
	Dissertação	O currículo numa escola prisional feminina: os impasses do cotidiano
GRACIANO, Mariangela	Tese	A educação nas prisões: um estudo sobre a participação da sociedade civil
	Dissertação	A educação como direito humano: a escola na prisão

JULIÃO, Elionaldo Fernandes	Tese	A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro
	Dissertação	Política Pública de Educação Penitenciária: contribuição para o diagnóstico da experiência do Rio de Janeiro
LEME, José Antonio Gonçalves	Tese	Educação nas prisões do Estado de São Paulo: esforços históricos e os limites institucionais
	Dissertação	A cela de aula: tirando a pena com letras - uma reflexão sobre o sentido da educação nos presídios
LUCENA, Helen Halinne Rodrigues de	Tese	É o seguinte, na prisão a gente aprende coisa boa e coisa ruim!: interfaces das aprendizagens biográficas (re)construídas na prisão e os desafios e dilemas pós-prisionais enfrentados por egressas e reincidentes do sistema penitenciário paraibano
	Dissertação	Biografias de aprendizagens de mulheres encarceradas
MANFRIN, Flávio Antônio	Tese	A utopia da (re)integração: o potencial do trabalho prisional no Brasil
	Dissertação	O Programa de Educação de Jovens e Adultos-EJA na Penitenciária Agrícola de Chapecó-SC: sua configuração no campo socioeducacional
NEVES, Edmar Souza das	Tese	Minha história conto eu: escola e cultura prisional em instituição carcerária no Amapá
	Dissertação	A prática da atividade física no sistema prisional brasileiro: algumas iniciativas da educação penitenciária no início do século XX
OLIVEIRA, Jailton Alves de	Tese	Vadias, homicidas, ladras, embriagadas, prostitutas, adúlteras, defloradas, desordeiras, obscenas, alienadas: mulheres na Casa de Detenção da Corte imperial (1860-1889)
	Dissertação	Escolas de todas as perdições e degenerescências: Casa de Detenção da Corte e Penitenciária Nacional de Buenos Aires como espaços educativos (1856-1889)
PASSOS, Thais Barbosa	Tese	Literatura Carcerária: a pesquisa-ação no Estabelecimento Prisional de Cacanda, em Angola
	Dissertação	Educação prisional no estado de São paulo: passado, presente e futuro
REZENDE, Selmo Haroldo de	Tese	Vidas Condenadas: O Educacional na Prisão
	Dissertação	A construção discursiva dos fins educativos da prisão
RODRIGUES, Vanessa Elisabete Raue	Tese	A educação nas penitenciárias: as relações entre a estrutura física e a prática pedagógica nas unidades penais do Paraná
	Dissertação	A relação da educação e do trabalho na penitenciária industrial de Guarapuava: mudanças e permanências históricas
RUSCHE, Robson Jesus	Tese	Teatro e Educação somática: um estudo com presidiários em processo de criação
	Dissertação	Teatro: Gesto e Atividade. Investigando processos educativos através de técnicas dramáticas, com um grupo de presidiários.
SEIDEL, Carolina Cunha	Tese	A escola no cárcere: subjetividades entre as grades
	Dissertação	A constituição do sujeito em contextos de privação de liberdade
SILVA, Karol Oliveira de Amorim	Tese	O trabalho nas prisões na perspectiva da socioeducação: uma análise a partir do trabalho docente e do agente de segurança penitenciário / Polícia Penal
	Dissertação	Educar em prisões: um estudo na perspectiva das representações sociais
SILVA, Lucas Lourenço	Tese	Educação nos espaços de privação de liberdade em Goiás: tensões, contradições e desafios
	Dissertação	O direito à educação escolar prisional: uma realidade entre grades
SILVA, Mazukyevics Ramon Santos do Nascimento	Tese	A dimensão cultural da educação em prisões
	Dissertação	Que pode a educação na prisão?
SOARES, Carla Poennia	Tese	Diário de aula: registros do (re)pensar docente a respeito da avaliação

Gadelha		de ensino-aprendizagem no contexto de privação de liberdade
	Dissertação	Primeira escola prisional do Ceará: a avaliação da aprendizagem dos alunos privados de liberdade
TORRES, Cláudia Regina de Oliveira Vaz	Tese	"Por um céu inteiro": crianças, educação e sistema prisional
	Dissertação	Desconstruindo a identidade de "criminoso(a)": o significado das ações educativas no sistema penitenciário
TORRES, Eli Narciso da Silva	Tese	A gênese da remição de pena pelo estudo: o dispositivo jurídico-político e a garantia do direito à educação aos privados de liberdade no Brasil
	Dissertação	A produção social do discurso da educação para ressocialização de indivíduos aprisionados em Mato Grosso do Sul
VIEIRA, Elizabeth de Lima Gil	Tese	A construção da memória a cultura escolar prisional: uma análise do espaço, das práticas pedagógicas e das interações no Colégio Estadual Mário Quintana
	Dissertação	Trabalho docente: de portas abertas para o cotidiano de uma escola prisional

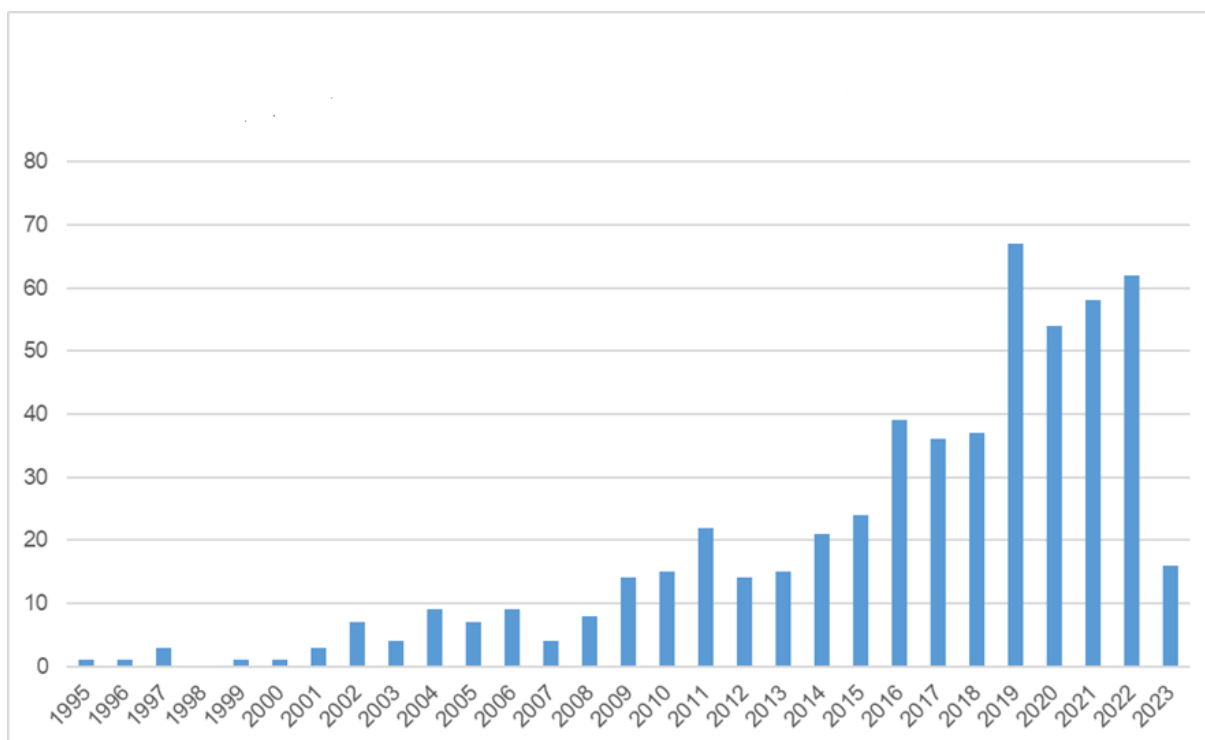
Fonte: Elaboração própria.

O baixo quantitativo de pesquisadoras e pesquisadores com trajetória acadêmica na temática da educação nas prisões deve ser pensado considerando-se que o campo do conhecimento é emergente e ainda não consolidado. Tal dado pode ser analisado considerando-se também, como ressalta Fidalgo e Oliveira (2023, p.89), que “essa é uma temática para formação de doutores em educação bastante recente”, assim como que “daqueles que, defenderam teses sobre o sistema prisional, poucos continuam pesquisando a temática” (idem, 2023, p. 91).

## 5.6 Ano da defesa/publicação

Outro aspecto analisado nos trabalhos foi o ano em que foram publicados, a fim de verificar sua evolução ao longo do tempo. O gráfico abaixo traz um compilado desses dados, que nos permite visualizar a evolução crescente no número de publicações sobre educação na prisão ao longo dos anos.

**GRÁFICO 05: Quantitativo de trabalhos publicados sobre Educação na prisão ao longo dos anos**



Fonte: Elaboração própria.

Os dados revelam que houve um crescimento significativo. O trabalho mais antigo localizado foi publicado em 1995. No entanto, no estado da arte elaborado por Fidalgo e Oliveira (2023) foram encontradas publicações desde 1987. Já no levantamento feito por Garutti e Oliveira (2018) foram localizados dois trabalhos no ano de 1989 e um no ano de 1991, porém não foi encontrado nenhum no ano de 1995. Tais diferenças reforçam os desafios da produção do estado da arte de uma determinada área de conhecimento, visto que os procedimentos e estratégias adotadas para busca e levantamento dos trabalhos, que inclui a definição dos descritores, implicam em resultados distintos.

Apenas a partir de 2009 é que o quantitativo de trabalhos publicados se torna maior que dez por ano. A partir de 2016 a produção anual passa a ser maior do que 30 trabalhos. E de 2019 em diante a taxa ultrapassa as 50 publicações anuais. A exceção é o ano de 2023, que apresenta uma considerável queda que precisa ser contextualizada. É importante sublinhar que o levantamento dos dados desta pesquisa, ou seja, a consulta nos bancos de dados de teses e dissertações, foi realizada no início do segundo semestre de 2023. Por essa razão, e considerando-se que muitos trabalhos são defendidos no final do ano, certamente os dados relativos às publicações de 2023 estão incompletos.

Os três principais saltos no número de publicações, descritos anteriormente, encontram diálogo com o cenário nacional do avanço nas políticas públicas para oferta de educação nos contextos de restrição e privação de liberdade. Entre 2009 e 2011 foram publicados o Plano Estratégico de Educação no âmbito do sistema prisional; as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais; e a alteração da Lei de Execução Penal incluindo remição pena por estudo ou por trabalho. Em 2013, com a Recomendação nº 44 do Conselho Nacional de Justiça, ampliou-se a remição também para a leitura e outras práticas sociais não escolares, que culminou, mais recentemente, na Resolução nº 391/2021 que regulamenta a remição por estudos nos estabelecimentos penais.

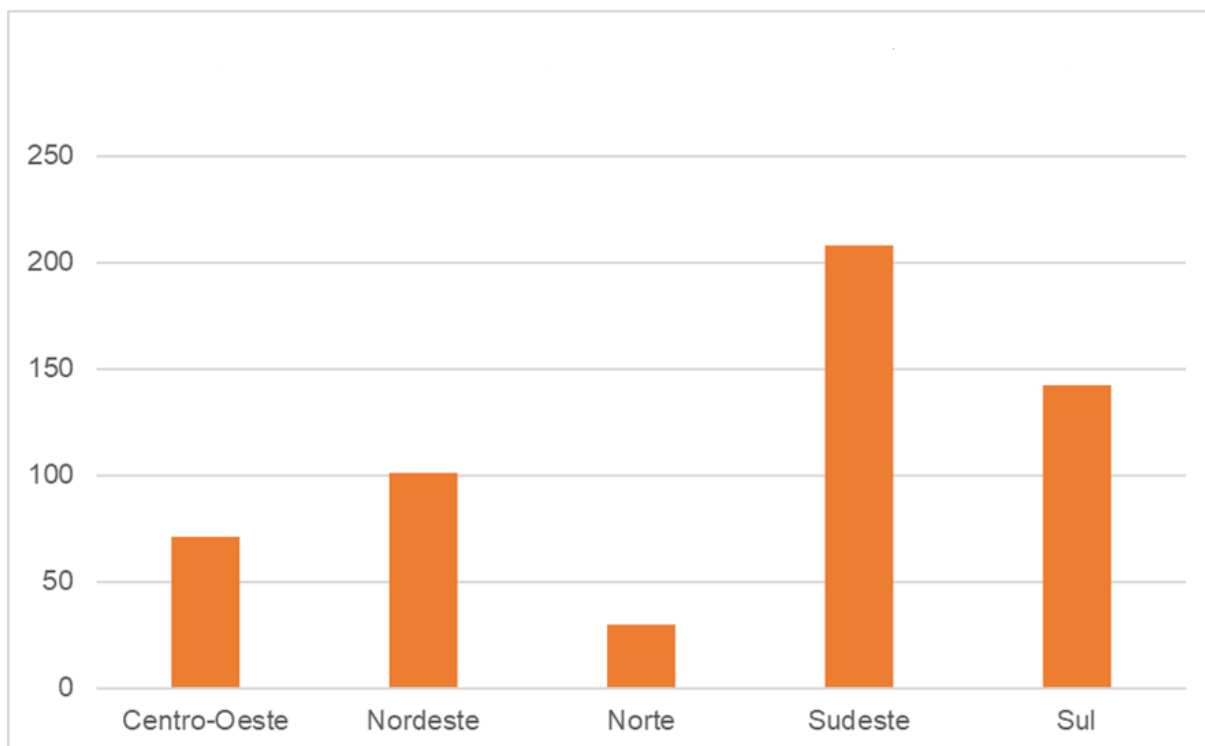
É importante destacar que essa curva crescente no número de publicações espelha também a realidade nacional da pós-graduação brasileira. Segundo Balbachevsky (2009, p. 276), “desde o final dos anos 1960, nossa pós-graduação vem sendo submetida a um conjunto consistente de políticas que lhe permitiu crescer e, ao mesmo tempo, manter a qualidade”.

Percebe-se, assim, que no decorrer dos anos cada vez mais estudos e produções científicas e acadêmicas estão sendo geradas acerca da temática aqui estudada, o que é fundamental para que a questão não apenas ganhe maior visibilidade na sociedade, quanto possa ocupar mais espaço na agenda pública.

## **5.7 Região e Estado**

Os trabalhos analisados foram organizados também em relação às Regiões e Estados brasileiros em que foram publicados, revelando assimetrias na distribuição territorial, conforme pode ser observado nos gráficos 05 e 06.

## GRÁFICO 06: Quantitativo de trabalhos publicados e defendidos por região do Brasil



Fonte: Elaboração própria.

A região sudeste lidera a produção de conhecimento sobre educação na prisão, seguida das regiões sul e nordeste. As regiões centro-oeste e norte são as que apresentam os menores números totais de publicações. Esse cenário reproduz a realidade assimétrica da produção de conhecimento na maior parte das áreas e subáreas de conhecimento. Segundo Nazareno e Herbetta (2019, p. 104):

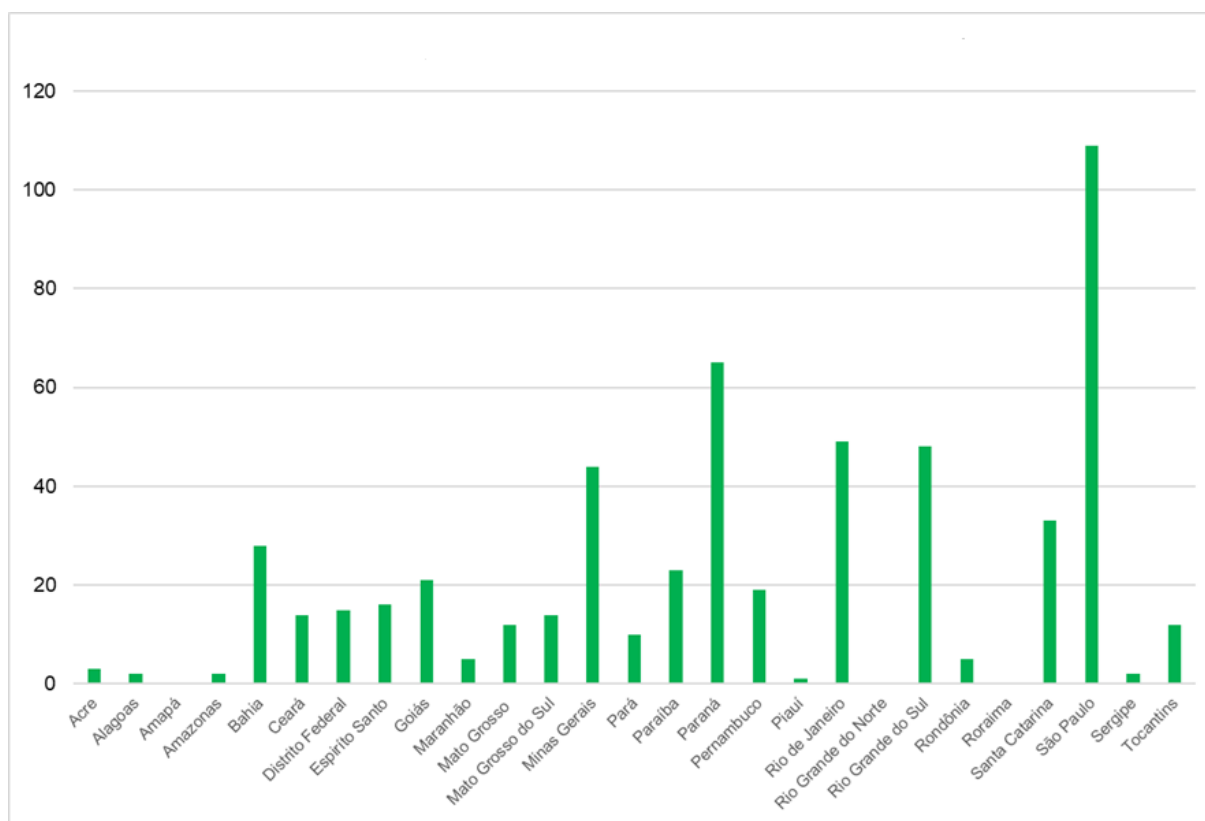
constata-se claramente que a formação da pós-graduação no país é baseada na noção de assimetria, especialmente no que se refere ao investimento em alguns poucos centros de excelência, localizados em centros de poder político e econômico, desenvolvendo espaços elitistas e hierárquicos, assim como faz crescer as assimetrias regionais, tornando desiguais o acesso e a produção de conhecimento entre os distintos espaços de cada região.

Tal cenário, ainda de acordo com os referidos autores, reproduz a lógica elitista e classista que faz com que a maior parte da população brasileira fique excluída do acesso à pós-graduação. No entanto, “tal situação começa apenas a se transformar a partir das políticas de ação afirmativas, especialmente implementadas na década de 2000, na graduação, e, posteriormente, na pós-graduação de algumas instituições” (Nazareno; Herbetta, 2019, p.104).

Apesar dessas recentes políticas para democratização do acesso e ruptura com as assimetrias, a realidade da pós-graduação ainda é desigual no território brasileiro, uma vez que, de acordo com dados da Plataforma Sucupira, consultado em junho de 2023, há 4.656 programas de pós-graduação no Brasil. Destes, 1.983 estão localizados na região sudeste; 975 na região nordeste; 973 na região sul; 407 na região centro-oeste e 318 na região norte.

O olhar para a distribuição estadual revela assimetrias também dentro das regiões brasileiras, conforme pode ser observado no gráfico apresentado abaixo:

**GRÁFICO 07: Quantidade de trabalhos publicados e defendidos por estados brasileiros.**



Fonte: Elaboração própria.

O estado de São Paulo lidera os demais, passando de 100 trabalhos defendidos e publicados. O segundo estado com mais publicações é o estado do Paraná, com um pouco mais de 60 trabalhos. Nota-se, assim, a discrepância até entre esses dois estados, uma vez que São Paulo apresenta quase que o dobro de publicações. Apenas os estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais

possuem entre 40 e 60 trabalhos. Bahia, Goiás, Paraíba e Santa Catarina ficam na faixa entre 20 e 40 trabalhos. E a maioria dos estados não atingiu ainda o número de 20 publicações. Destaca-se os estados do Amapá, Rio Grande do Norte e Roraima, para os quais não foi localizada nenhuma publicação a nível de mestrado ou doutorado.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cerne desta pesquisa se centrou em buscar entender: Como tem sido produzido o conhecimento científico em relação à Educação na prisão no Brasil? Assim, acreditamos que o objetivo foi alcançado enquanto resultado preliminar e geral de um conjunto de dados que ainda possibilita diversas outras análises mais profundas. Foram obtidos 552 trabalhos, entre dissertações e teses, acerca de algum tema que envolve a educação na prisão. O número pode ser pequeno se comparado a outras áreas e subáreas do conhecimento mais consolidadas, no entanto tem expressão para trazer alguns primeiros indicativos do que tem sido produzido em âmbito acadêmico.

A partir desse material coletivamente levantado e organizado, é possível evidenciar que é crescente a produção sobre o do universo da educação em prisões, apesar dela estar mal distribuída geograficamente pelo território brasileiro, espelhando a desigualdade do sistema de ensino e formação acadêmica que existe no Brasil. Ainda há diversas lacunas e muito por se avançar, inclusive para que tais conhecimentos possam orientar a elaboração e avaliação das políticas públicas. No entanto, o aumento na produção indica uma abertura e interesse, ainda que incipiente, para a temática e, conseqüentemente, para a sua recepção social.

Há que se destacar também o quanto os trabalhos sobre a educação nas prisões, ainda que concentrados majoritariamente em programas de pós-graduação em Educação, extravasam para outras áreas de conhecimento, exigindo um olhar interdisciplinar para a temática.

Os dados aqui reunidos, apresentados e analisados constituem-se como um panorama geral e inicial. Cada um deles pode ser aprofundado a partir de recortes e análises cruzadas e outros tantos recortes ainda a serem explorados a partir do material levantado e organizado. Isso mostra a riqueza das pesquisas sobre o Estado da Arte e reforça a importância de olharmos e aprendermos com o que já foi produzido para avançarmos com mais firmeza e confiança.

É importante registrar que o processo da pesquisa foi prazeroso e a participação no grupo de estudo, que participei junto com as graduandas do PIBIC, foi crucial nessa jornada, pois tínhamos os debates dos textos sempre bem potentes e a possibilidade de trocarmos nossas reflexões e aprendermos juntas. Educação nas

prisões é um tema bem delicado e refleti-los, por vezes, causava sentimentos de indignação por diversas situações que fazem parte da dinâmica da prisão. Muitas vezes eu saía das reuniões com muitas inquietações, dúvidas, questionamentos, então foram momentos bem válidos, ricos e especiais que sempre levarei comigo, tanto por suas contribuições para minha trajetória acadêmica, quanto pessoal. É claro que tudo não acontece a mil maravilhas. Toda pesquisa, e sobretudo a sua organização e escrita, tem as limitações e as dificuldades, as quais, com determinação e objetivo, conseguimos superar.

Todos os caminhos trilhados até aqui foram cruciais na minha trajetória. A linda participação no Programa Residência Pedagógica (PRP) me proporcionou muitos aprendizados acerca da realidade da escola. O Grupo de Estudo junto com as meninas do PIBIC, foi outro momento de significação tamanha, nele estudamos e refletimos juntas sobre a complexidade da temática da educação em prisões. Não posso deixar de mencionar o Projeto de Extensão “Entre-nós: entre cartas, palavras e conversas”, do qual participei com muito empenho e felicidade. Nele trocamos cartas com as pessoas privadas de liberdade, que estavam e algumas ainda estão em um presídio na Paraíba. Todas estas experiências me fazem ser quem sou hoje, mais forte, menos preconceituosa, sinto-me grata por tudo que me permitiu viver... A universidade proporciona momentos memoráveis na vida dos discentes (isso é, caso permitam...).

Chegar na conclusão do meu curso de graduação e deste trabalho é uma felicidade tamanha. Olhar para trás e visualizar a minha trajetória acadêmica gera mistos de sentimentos que me invadem; sobretudo por estar lidando também com um acontecimento que afeta profundamente meu coração, deixando-o carregado de reflexões acerca da celeridade, fragilidade e finitude que é a vida. Perdi meu saudoso pai Natanael, um pouco antes de concluir esse trabalho e essa importante etapa em minha trajetória formativa. Saber da importância deste momento em minha vida, que para ele seria uma felicidade tamanha, e não poder compartilhar com ele, me causa uma tristeza enorme. Infelizmente ele não poderá estar aqui fisicamente, mas a vida é isso: encerram-se ciclos e se iniciam outros. Meu ventre está, neste momento, gerando o meu primeiro filho, que por sinal se chamará Natanael Neto. Enfim...ciclos.

# REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2019.

ARAGÃO, Ariane Martins; ZILIANI, Rosemeire de Lourdes Monteiro. **Celas e salas: a recente produção acadêmica sobre educação escolar na prisão (2003-2017).** Reflexão e Ação. Santa Cruz do Sul, v. 27, n. 2, p. 149-165, mai./ago. 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/12632>. Acesso em: 08 de jun de 2024.

ARROYO, Miguel. **Formar educadoras e educadores de jovens e adultos.** In: **Formação de educadores de jovens e adultos.** SOARES, Leôncio (Org) Belo Horizonte: Autêntica / SECAD MEC/UNESCO, 2006.

BALBACHEVSKY, Elisabeth. **A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida.** [s.n]. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/67/o/Pos-Graduacao\\_Brasil\\_2.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/67/o/Pos-Graduacao_Brasil_2.pdf). Acesso em: 27 de jun de 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Câmara dos Deputados, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** *Diário Oficial*, 1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas.** Brasília, DF: Inep, 2022.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal.** *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 jul. 1984. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm) > Acesso em : 20 de jun de 2024..

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental.** Parâmetros curriculares nacionais: matemática, Brasília. 2000.

CAMPELO, Bernadete Santos. Teses e Dissertações. In. CAMPELO, Bernadete Santos. **Fontes de Informação para pesquisadores e profissionais.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. np.

CIDH. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Princípios e boas práticas sobre a proteção das pessoas privadas de liberdade nas Américas.** Resolução n. 1/08. CIDH, 2008.

CLAUDE. Richard Pierre. **Direito à educação para os direitos humanos.** Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, ano 2, n. 2, p.37-63, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sur/a/Ts7CK9xQgFjBwJP5DRBFvJs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 de jun de 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. **Plataforma Sucupira**. Disponível em [https://sucupira-v2.capes.gov.br/sucupira4/](https://sucupira.v2.capes.gov.br/sucupira4/). Acesso em: 30 de jun de 2024.

De Maeyer, Marc. **A Educação na Prisão não é uma mera atividade**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 33-49, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/dh4zJZ6tdWTRQmMRGDY3SvF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 de Jun de 2024.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisa denominadas “Estado da arte”**. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79, Agosto/2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FrdCtqfp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 de Jun de 2024.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**, 28ª ed. São Paulo, SP. 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 21.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARUTTI, Selson; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. **A educação prisional pelo estado do conhecimento**. Revista Intersaberes vol.13 n.28. Disponível em: [1316-Texto do artigo-2452-414251-10-20180620.pdf](https://www.scielo.br/j/inter/a/v24n2/a02v24n2.pdf). Acesso em: 10 de jun de 2024.

GOMES, Sandra Lúcia Rébel; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha; SOUZA, Clarice Muhlethaler de. Literatura Cinzenta. In: GOMES, Sandra Lúcia Rébel; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha; SOUZA, Clarice Muhlethaler de. **Fontes de Informação para pesquisadores e profissionais**. BELO HORIZONTE: Ed. UFMG, 2000. np.

GRACIANO, Mariângela; SCHILLING, Flávia. **A educação na prisão: hesitações, limites e possibilidades**. Estudos de Sociologia, Araraquara, v.13, n.25, p.111-132, 2008. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/1148>. Acesso em: 09 de Jun de 2024.

IRELAND, Timothy Denis. **Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios**. Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 86, p. 19-39, nov. 2011. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2714>. Acesso em: 12 de jun de 2024.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Cartografia das experiências de políticas de educação para jovens e adultos nas prisões da América do Sul**. Niterói, RJ: EDUFF: FAPERJ, 2020.

MORAIS, Thátilla. **Educação em Prisões: as vozes das Pessoas em Situação de Privação de Liberdade no Estado da Arte**. Tocantinópolis, TO, 2018.

NAZARENO, Elias; HERBETTA, Alexandre Ferraz. **A pós-graduação brasileira: sua construção assimétrica e algumas tentativas de superação**. Estudos de Psicologia, 24(2), abril a junho de 2019, 103-112. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epsic/v24n2/a02v24n2.pdf>. Acesso em: 29 de jun de 2024.

PEIXOTO, Armando Fontes. **A importância do portal de periódicos da capes como política pública de fomento à democratização e internacionalização da produção científica brasileira**. Dissertação (mestrado MPPG). Fundação Getúlio Vargas Escola de Políticas Públicas e Governo. Fundação Getulio Vargas. Brasília, p. 53. 2022.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação**. Diálogo Educacional. Curitiba, v.6, n. 19, p. 37-50, set./dez., 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189116275004.pdf>. Acesso em: 20 de jun de 2024.

SILVA, Anne Patrícia Pimentel Nascimento da; SOUZA, Roberta Teixeira de; VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. **O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento**. Educação, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 1-12, set.-dez. 2020 | e-37452. Disponível em <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/37452/26636>> Acesso em: 22 de jun de 2024.

SILVA, Karol Oliveira de Amorim. **Educar em prisões: um estudo na perspectiva das representações sociais**. 2016. 194f. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFMG, Belo Horizonte.

SOUSA, Angélica Silva; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos**. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p. 64-83/2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336/1441>. Acesso em 29 de jun de 2024.